

PREGÃO ELETRÔNICO

90022/2024

CONTRATANTE (UASG)

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (158658)

OBJETO

Contratação de empresa especializada na implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gestão de frota, de forma contínua, contemplando módulo de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis e rotinas de manutenção preventiva e corretiva para a frota de veículos oficiais da UNILA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.087.760,00 (Um milhão, oitenta e sete mil e setecentos e sessenta reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/02/2025 às 09h01min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Maior desconto por grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Edital 28/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
28/2024	158658-UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	CRISTIAN FABIO TYMUS	29/01/2025 14:31 (v 3.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23422.018695 /2024-04

1. Do objeto

Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração. Gestão e Infraestrutura
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2024.
Processo Administrativo nº 23422.018695/2024-04

Torna-se público que a **Universidade Federal da Integração Latino-Americana**, autarquia federal, CNPJ 11.806.275/0001-33, por meio do Departamento de Licitações, sediada na Av. Tarquínio Joslin dos Santos 1000, Polo Universitário – Foz do Iguaçu – PR, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gestão de frota, de forma continuada, contemplando módulo de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis e rotinas de manutenção preventiva e corretiva para a frota de veículos oficiais da UNILA, por meio de cartões magnéticos para abastecimento e rede de estabelecimentos credenciados pela Contratada para manutenção, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.*

2. Do registro de preços

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica pois se trata de licitação tradicional.

3. Da participação na licitação

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4.. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *desconto sobre o valor do item;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto

à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. Permanecendo o empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o caput, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.22. Os licitantes devem acompanhar diariamente (chat) os atos e informações disponibilizadas pelo pregoeiro no sistema eletrônico, pelo qual é dado ciência a todos os interessados.

7. Da fase de julgamento

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. Da fase da habilitação

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia ou por meio de sítios oficiais na web, desde que passíveis de conferência /autenticação.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 04 (quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. Da ata de registro de preços

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Não se aplica pois trata-se de licitação tradicional.

10. Da formação do cadastro de reserva

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Não se aplica pois trata-se licitação tradicional.

11. Dos recursos

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://documentos.unila.edu.br/licitacoes>.

12. Das infrações administrativas e sanções

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte correio eletrônico: **licitacao@unila.edu.br**.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. Das disposições gerais

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/comprasnet-siasg> e <https://documentos.unila.edu.br/licitacoes>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Tarquínio Joslin dos Santos, 1000, Protocolo Central, Polo Universitário, em Foz do Iguaçu/PR, no CEP 85.870-650, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 17:00

horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços

14.11.2. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

14.11.4. ANEXO IV – Instrução Normativa nº 01/2024 PROAGI/UNILA.

Foz do Iguaçu, 29 de Janeiro de 2025.

Diogo André Bastian
Pró-Reitor de Administração, Gestão e Infraestrutura em exercício

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CRISTIAN FABIO TYMUS

Agente de contratação

ALAN SILVA DE MORAIS

Equipe de apoio

Termo de Referência 68/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
68/2024	158658-UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	KATIA REGINA MALLMANN DEMETERKO	29/01/2025 15:01 (v 8.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23422.018695/2024-04

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada na implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gestão de frota, de forma continuada, contemplando módulo de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis e rotinas de manutenção preventiva e corretiva para a frota de veículos oficiais da UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, por meio de cartões magnéticos para abastecimento e rede de estabelecimentos credenciados pela Contratada para manutenção.
- 1.2. A licitação será composta por dois Grupos, divididos pela natureza dos serviços, em razão da economicidade de recursos e da racionalidade administrativa, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	DESCONTO INICIAL
GRUPO 1						
1	Combustíveis (gasolina; etanol; diesel)	25372	12 meses	45.646,67	547.760,00	4,95%
TOTAL POR GRUPO					547.760,00	
GRUPO 2						
1	Peças e acessórios de reposição para veículos	3565	12 meses	25.000,00	300.0000,00	18,68%
3	Serviços de manutenção e reparo de veículos	3565	12 meses	20.000,00	240.000,00	18,68%
TOTAL POR GRUPO					540.000,00	

TOTAL GERAL	1.087.760,00
--------------------	--------------

1.3. A presente licitação não contempla item de taxa administrativa pois, conforme pesquisa de preço consolidada, a média praticada como taxa de administração para a execução deste serviço compreende 0% (zero por cento), sendo comum que a concorrência se dê por meio de desconto sobre os valores cobrados dos demais itens.

1.4. A proposta deverá ser elaborada e cadastrada considerando as informações complementares a seguir, relacionado à metodologia de precificação:

- 1.4.1 Os valores estimados refletem a proposta máxima aceita cada grupo.
- 1.4.2 O preço proposto deverá abranger todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos, assim como quaisquer atividades ou insumos necessários à execução do objeto, não cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos previsíveis.

1.5 Os licitantes poderão disputar ambos os Grupos ou qualquer um deles, de forma isolada. Em razão da indivisibilidade dos serviços discriminados em cada Grupo, a adjudicação ocorrerá pelo valor global do Grupo.

1.6. A estimativa de consumo foi definida de acordo com as tabelas abaixo:

GRUPO 1					
Quantidade anual (litros)		Preço médio ANP*	Total R\$	Valor total estimado (anual)	Valor médio mensal estimado (Valor total estimado dividido por 12 meses de contrato)
Gasolina	30.000	6,17	185.100,00	547.760,00	45.646,67
Álcool	2.000	4,33	8.660,00		
Diesel S10	59.000	6,00	354.000,00		

* Preço médio dos valores praticados conforme tabela da Agência Nacional do Petróleo - ANP – www.preco.anp.gov.br – Cidade: Foz do Iguaçu/ PR – Dados referentes a Agosto/2024

GRUPO 2			
Item	Discriminação do item	Valor total estimado (anual)	Valor médio mensal estimado (Valor total estimado dividido por 12 meses de contrato)
Peças e acessórios de reposição para veículos	Fornecimento de peças e acessórios necessários à manutenção e conservação dos veículos. (pneus, fluídos, óleos, filtros, peças em geral)	300.0000,00	25.000,00
Serviços de manutenção e reparo de veículos	Serviços de limpeza e higienização da frota, conserto e reparo de pneus, serviço de transporte em suspenso por guinchamento e mão de obra mecânica em geral	240.000,00	20.000,00
Valor total estimado (anual)		540.000,00	

1.7. Assim, o valor total a ser utilizado como referência na contratação é de R\$1.087.760,00 (um milhão oitenta e sete mil setecentos e sessenta reais), dividido em dois Grupos: Abastecimento R\$ 547.760,00 (Quinhentos e quarenta e sete mil setecentos e sessenta reais); Manutenção R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais). No entanto, estes valores são apenas estimativos, não necessariamente serão os quantitativos mínimos a serem consumidos durante o período de vigência do contrato, visto que o efetivo consumo dependerá da real demanda de utilização da frota oficial.

1.8. O valor estimado do contrato não obriga a UNILA a utilizá-lo no todo.

1.9. Os quantitativos indicados resultam de estudos realizados no atual cenário da universidade. O envelhecimento da frota natural e gradativamente onera sua manutenção a cada período com manutenções corretivas, além de aumento de manutenções preventivas uma vez que ocorreram aquisições de novos veículos.

1.10. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.11. *O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação. O

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 362

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 11806275000133-0-000001/2024

IV) Classe/Grupo: 859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE

V) Identificador da Futura Contratação: 158658-121/2024

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada na implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gestão de frota, contemplando módulo de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis e rotinas de manutenção preventiva e corretiva para a frota de veículos oficiais da Universidade, por meio de cartões magnéticos para o abastecimento e de estabelecimentos credenciados para a manutenção, pela contratada.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deve ser atendido o seguinte requisito, que se baseia no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação

4.2 Os requisitos da contratação correspondem à forma de prestação dos serviços, nos mesmos termos descritos no Item 6 deste Termo de Referência e no Estudo Preliminar.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.5. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 11:30h e das 14:00h às 17:00h com agendamento prévio pelo telefone (045) 3522-9951 ou e-mail transporte@unila.edu.br.

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.8. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Condições de Execução

5.2 A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato, mediante envio da respectiva Ordem de Serviço.

Do abastecimento:

5.3 A Contratada disponibilizará, às suas expensas, sistema informatizado com módulo online completo, interface amigável e responsiva, para o cadastramento e gestão de usuários e veículos, permitindo a atualização em tempo real das informações, com acesso via internet, tanto para navegadores web quanto por dispositivos móveis (smartphones e tablets). A plataforma deve garantir segurança e confidencialidade dos dados, além de oferecer relatórios detalhados sobre o consumo de combustível, histórico de abastecimentos e outras informações relevantes para a gestão da frota.

5.4 O Sistema deverá, obrigatoriamente, disponibilizar senhas pessoais aos usuários e garantir que a transação só seja concluída após a validação do responsável pela compra.

5.5 O Sistema deverá disponibilizar cartões magnéticos, que deverão ser entregues na rua Macucos, 131- Esquina com Rua Mineirão - Portal da Foz - Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil - CEP: 85.859-450, em horário comercial, sendo um para cada veículo da frota e, no mínimo, dois cartões reserva, para serem utilizados de imediato em caso de perda ou furto de qualquer cartão principal, até que o mesmo seja substituído, devendo os cartões permanecerem originalmente bloqueados e protegidos até o seu

recebimento, ficando a UNILA responsável por desbloqueá-los de acordo com as necessidades. O uso indevido de cartão não desbloqueado, bloqueado ou cancelado pelo gestor será considerado falha do sistema e os custos decorrentes serão suportados pela Contratada.

5.6 O bloqueio, desbloqueio e cancelamento dos cartões, alteração nos limites dos cartões, inserção de cargas positivas e/ou negativas de crédito nos cartões, solicitação de novas vias dos cartões e cadastramento de novos veículos e usuários somente poderá ser feito pelos servidores da UNILA designados como gestores do sistema, credenciados por login e senha pessoal de acesso administrador ao sistema, devendo realizado via online e em tempo real.

5.7 O Sistema da Contratada deverá possibilitar o envio de alertas através de mensagem eletrônica ao gestor da UNILA quando houver desacordo entre os dados informados pelo usuário no ato da compra em relação ao cadastro e ao histórico do veículo contidos no sistema, quanto à quilometragem, rendimento de km/L, produto, quantidade, valor e identificação do usuário.

5.8 O Sistema da Contratada deverá possibilitar à UNILA o bloqueio da transação quando houver desacordo entre os dados informados pelo usuário no ato da compra em relação ao cadastro e ao histórico do veículo contidos no sistema, quanto à quilometragem, rendimento de km/L, produto, quantidade, valor e identificação do usuário.

5.9 O Sistema deverá possibilitar o cadastramento dos servidores que terão acesso ao sistema, em dois níveis; o de Administrador ou Gestor (com poderes de alteração de limites de crédito, inclusão e exclusão de motoristas, senhas, etc.) e de consulta (apenas com acesso a relatórios), responsabilizando-se pela inclusão e cancelamento de senha.

5.10 Para atender às excepcionalidades, o sistema deverá possuir previsão para transação manual com autorização fornecida via telefone, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, de forma a manter o atendimento em casos de pane no equipamento de leitura do cartão instalados nos estabelecimentos credenciados ou perda dos cartões.

5.11 O Sistema deverá disponibilizar, de forma online e via web, no formato “PDF não editável”, relatórios gerenciais de controle de despesas contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Logomarca da empresa, data e login do responsável pela geração do mesmo;
- b) Relação dos Veículos por marca, modelo, ano de fabricação, motorização;
- c) Histórico das operações realizadas pela frota contendo: data, hora, identificação do estabelecimento, identificação REDE CREDENCIADA PARANA + REDE CREDENCIADA BRASIL do usuário, produto ou serviço adquirido, quantidade adquirida, valor total da operação e saldo;
- d) Análise e histórico de consumo de combustível (km/l) dos veículos da frota;
- e) Quilometragem percorrida pela frota;
- f) Histórico das operações realizadas por usuário;
- g) Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
- h) Preço pago pelos produtos/serviços adquiridos para a frota;
- i) Descritivo dos limites de créditos distribuído aos veículos da frota ou grupo de veículos previamente estabelecidos pela UNILA;
- j) Relatório contendo o volume de gastos realizados por tipo de produto ou serviço.

5.12 Disponibilizar, a cada transação, comprovante impresso, independentemente de solicitação prévia do usuário, com, no mínimo, as seguintes informações:

- a) O nome do estabelecimento comercial onde foi efetivada a transação;
- b) O tipo e a quantidade de produto adquirido;
- c) O valor da transação;
- d) A data e hora da transação;
- e) O usuário responsável pela transação;
- f) A quilometragem atual do veículo;

g) O saldo remanescente do cartão.

5.13 O Sistema deverá viabilizar e garantir o pagamento das transações dos veículos da UNILA realizadas junto aos estabelecimentos credenciados.

Da manutenção:

5.14 A Contratada disponibilizará, às suas expensas, sistema informatizado com módulo online completo, interface amigável e responsiva, para o cadastramento e gestão de usuários e veículos, permitindo a atualização em tempo real das informações, com acesso via internet, tanto para navegadores web quanto por dispositivos móveis (smartphones e tablets). A plataforma deve garantir segurança e confidencialidade dos dados referentes a manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, acessórios, troca de óleo e filtros, manutenção de freios e sistema de arrefecimento, aquisição e/ou conserto de pneus e câmaras de ar, serviços especializados de retífica de motores, lataria, funilaria, chapeação e pintura, estofamento, sistema elétrico, sistema hidráulico, alinhamento e balanceamento de rodas, borracharia, lavagem interna e externa e polimento e serviço de guincho ou reboque para remoção de veículos inoperantes, tanto para a linha leve (veículos de passeio, utilitários, camionetas e vans) quanto para a linha pesada (micro-ônibus, ônibus e caminhões).

5.15 A gestão compartilhada, também denominada orçamentação, envolve as seguintes etapas:

- 1) A UNILA faz a solicitação do serviço/fornecimento de peças, através do sistema informatizado da Contratada.
- 2) A UNILA é responsável por encaminhar as cotações e transações que envolvam os orçamentos junto à rede credenciada de oficinas.
- 3) O sistema da Contratada deverá apresentar a possibilidade de confecção de, no mínimo, três orçamentos, utilizando o orçamento de menor valor. Este item visa garantir a possibilidade de avaliação dos preços praticados, buscando os que estejam de acordo com os valores correntes do mercado, atendendo assim exigências da IN 65/2021
- 4) A UNILA é a única que pode autorizar os orçamentos previamente apresentados.
- 5) A oficina executa os serviços/peças autorizados pela UNILA.
- 6) A Contratada é responsável pelo recebimento e conferência das notas fiscais eletrônicas das credenciadas, permitindo que a UNILA tenha acesso online, em campo específico dentro da Ordem de Serviço, das notas fiscais de peças e serviços fornecidas/prestados pela oficina credenciada, para impressão ou arquivo eletrônico próprio

5.16 As notas fiscais eletrônicas de fornecimento de peças e/ou serviços, emitidas pelas oficinas credenciadas, devem ficar disponíveis para validação, visualização, impressão e arquivo da UNILA em campo específico dentro da Ordem de Serviço.

5.16 O sistema só autorizará a finalização da Ordem de Serviço após a inclusão das respectivas notas fiscais de fornecimento de peças e/ou serviços emitidas pela oficina credenciada e validação das mesmas pela UNILA, a fim de evitar a sonegação fiscal por parte dos estabelecimentos credenciados, bem como garantir que as notas fiscais sejam emitidas imediatamente após a conclusão da compra ou da manutenção do veículo.

5.17 O sistema deverá disponibilizar, de forma online, os orçamentos das manutenções necessárias, com as descrições de peças, acessórios, pneus e serviços com os preços unitários e totais para aprovação da UNILA.

5.18 A aprovação do orçamento e consequente liberação de pagamento ao estabelecimento credenciado será de responsabilidade dos servidores da UNILA designados como gestores do sistema e somente poderão ocorrer através do sistema, a partir da digitação da senha de acesso.

5.19 Os orçamentos postados no sistema - aprovados ou reprovados - deverão estar disponíveis para consulta, comparação de preços e impressão.

5.20 A Contratada deverá encaminhar o orçamento elaborado pelo estabelecimento credenciado para apreciação da UNILA imediatamente após sua formalização no sistema.

5.21 A UNILA poderá solicitar à Contratada que encaminhe comprovação de que os preços contidos no orçamento elaborado pelo estabelecimento credenciado estão alinhados ao praticado no mercado, sendo a referida comprovação ser feita através de cotações no sistema ou consulta a sistema de controles de preços.

5.22 A escolha do estabelecimento credenciado para o qual será encaminhado o veículo será exclusivamente da UNILA, podendo a Contratada informar, no ato da abertura da ordem de serviço, quais os estabelecimentos estão mais próximos da ocorrência.

5.23 Ao receber a solicitação de abertura de ordem de serviço, a Contratada deverá orientar ao gestor quanto ao encaminhamento do veículo, abrir a solicitação de orçamento ao estabelecimento credenciado escolhido e posteriormente encaminhar o orçamento via sistema online à UNILA para aprovação diretamente do gestor.

5.24 O Sistema deverá disponibilizar, de forma online e via web, no formato “PDF não editável”, relatórios gerenciais de controle de despesas contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Logomarca da empresa, data e login do responsável pela geração do mesmo;
- b) Descrição individualizada do veículo, contendo sua placa, ano, motorização;
- c) Número da Ordem de Serviço;
- d) Odômetro do veículo;
- e) Nome do estabelecimento;
- f) Data do serviço ou de sua conclusão;
- g) Descrição das peças e/ou serviços utilizados e seus respectivos preços;
- h) Tipo da manutenção (preventiva ou corretiva) e garantias das peças e/ou serviços;
- i) Preço total da manutenção individualizada por veículo e total do período.

5.25 Durante a execução do contrato, a UNILA poderá incluir novos veículos no sistema da Contratada, tanto no módulo de abastecimento quanto no módulo de manutenção.

Da rede credenciada:

5.26 Disponibilizar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento (por e-mail) da autorização para execução dos serviços, a rede credenciada com abrangência nacional, especialmente, com estabelecimentos aptos no Estado do Paraná, onde em um raio de 500 km da cidade de Foz do Iguaçu, a contratada deve disponibilizar pelo menos 01 posto de combustível com atendimentos 24 horas por dia em cidades com mais de 100 mil habitantes e ainda, com cobertura mínima de 03 (três) postos de combustíveis na cidade de Foz do Iguaçu, sendo ao menos 01(um), na região norte da cidade, para iniciar o serviço de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis.

5.27 Disponibilizar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento (por e-mail) da autorização para execução dos serviços, a rede credenciada com abrangência nacional, especialmente, com estabelecimentos aptos no Estado do Paraná, onde em um raio de 500 km da cidade de Foz do Iguaçu, a contratada deve disponibilizar pelo menos 01 oficina credenciada em cidades com mais de 100 mil habitantes e ainda, com cobertura mínima de 03 (três) oficinas mecânicas na cidade de Foz do Iguaçu, para iniciar o serviço de gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva de veículos leves e vans, incluso o fornecimento de peças, acessórios, troca de óleo e filtros, manutenção de freios e sistema de arrefecimento, aquisição e/ou conserto de pneus e câmaras de ar, serviços especializados de retífica de motores, lataria, funilaria, chapeação e pintura, estofamento, sistema elétrico, sistema hidráulico, alinhamento e balanceamento de rodas, borracharia, lavagem interna e externa e polimento e serviço de guincho ou reboque para remoção de veículos inoperantes.

5.28 Disponibilizar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento (por e-mail) da autorização para execução dos serviços, a rede credenciada com abrangência nacional, especialmente, com estabelecimentos aptos no Estado do Paraná, onde em um raio de 500 km da cidade de Foz do Iguaçu, a contratada deve disponibilizar pelo menos 01 oficina credenciada em cidades com mais de 100 mil habitantes e ainda, cobertura mínima de 03 (três) oficinas mecânicas na cidade de Foz do Iguaçu, para iniciar o serviço de gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva de veículos pesados (microônibus, ônibus e caminhões), incluso o fornecimento de peças, acessórios, troca de óleo e filtros, manutenção de freios e sistema de arrefecimento, aquisição e/ou conserto de pneus e câmaras de ar, serviços especializados de retífica de motores, lataria, funilaria, chapeação e pintura, estofamento, sistema elétrico, sistema hidráulico, alinhamento e balanceamento de rodas, borracharia, lavagem interna e externa e polimento e serviço de guincho ou reboque para remoção de veículos inoperantes.

5.29 Ampliar e disponibilizar a rede de estabelecimentos credenciados, mediante solicitação da UNILA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento da solicitação.

5.30 Disponibilizar, por meio de sítio eletrônico, relação dos estabelecimentos credenciados no território nacional, por cidade e por rota rodoviária, contendo as seguintes informações: razão social, nome fantasia, CNPJ, endereço e telefone, mantendo-a atualizada.

Da implantação do sistema:

5.31 Implantar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento (por e-mail) da autorização para execução dos serviços, o sistema informatizado e integrado de gestão de frota, contemplando módulo de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis, filtros, aditivos, óleos lubrificantes, lavagem e borracharia e módulo de gerenciamento e controle de aquisição de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, acessórios, troca de óleo e filtros, manutenção de freios e sistema de arrefecimento, aquisição e/ou conserto de pneus e câmaras de ar, serviços especializados de retífica de motores, lataria, funilaria, chapeação e pintura, estofamento, sistema elétrico, sistema hidráulico, alinhamento e balanceamento de rodas, borracharia, lavagem interna e externa e polimento e serviço de guincho ou reboque para remoção de veículos inoperantes, para a frota de veículos oficiais da UNILA, através de estabelecimentos credenciados pela Contratada.

5.32 Os trabalhos de implantação pela Contratada referidos no item anterior, compreendem:

- a) Cadastramento dos veículos oficiais da UNILA;
- b) Cadastramento dos usuários (Gestores e Administrativos) e motoristas;
- c) Disponibilização da rede de estabelecimentos conveniados;
- d) Disponibilização, às suas expensas, via online, à UNILA, de sistema de consulta de preços de peças e serviços e orçamentação para manutenção preventiva e corretiva da frota oficial;
- e) Entrega dos cartões magnéticos para abastecimento dos veículos oficiais da UNILA, rua Macucos, 131- Esquina com Rua Mineirão - Portal da Foz - Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil - CEP: 85.859-450
- f) Cadastramento e treinamento dos gestores indicados pela UNILA. O treinamento em plataforma poderá ser de forma online
- g) Disponibilização dos canais de atendimento direcionados à UNILA para conhecimento e contato inicial.

5.33 Atualmente, a frota da Universidade é composta por 46 veículos. A demanda do órgão tem como base as seguintes características, conforme quadro abaixo:

ITEM	VEÍCULO	PLACA	ANO	COR	ESPÉCIE/CAPAC. (Mot+Pax)	MOTOR
01	GM- Vectra 2.0 CD	AKX - 6899	2003/2003	Prata	Passeio- 5 passageiros (1+4)	4N0000107
02	Ford - Fiesta 1.6 Zetec Flex	ATT - 7294	2010/2011	Branco	Passeio- 5 passageiros (1+4)	QF9AB8151678
03	Ford - Fiesta 1.6 Zetec Flex	ATT - 7298	2010/2011	Branco	Passeio- 5 passageiros (1+4)	QF9AB8152174
04	Fiat - Línea 1.8 Essence	AZF - 0247	2014/2015	Preto	Passeio- 5 passageiros (1+4)	370A00112731500
05	Nissan - Livina 1.8 Si	AUA - 0354	2011/2012	Prata	Passeio- 5 passageiros (1+4)	MR18696512H
06	Nissan - Livina 1.8 Si	AUA - 3580	2011/2012	Prata	Passeio- 5 passageiros (1+4)	MR18671368H
07	Nissan - Sentra 2.0 S Flex	ATT - 7297	2010/2011	Preto	Passeio- 5 passageiros (1+4)	MR20535427H
08	Renault - Logan 1.6 Dynamique	AZH - 4069	2014/2015	Branco	Passeio- 5 passageiros (1+4)	K7MM764Q158109
09	Renault - Logan 1.6 Dynamique	AZH - 4070	2014/2015	Branco	Passeio- 5 passageiros (1+4)	K7MM764Q158494

10	Renault - Logan 1.6 Dynamique	AZH - 4072	2014/2015	Branco	Passeio – 5 passageiros (1+4)	K7MM764Q158797
11	Renault - Logan 1.6 Dynamique	AZH - 4073	2014/2015	Branco	Passeio – 5 passageiros (1+4)	K7MM764Q158122
12	Renault - Logan 1.6 Dynamique	AZH - 4075	2014/2015	Branco	Passeio – 5 passageiros (1+4)	K7MM764Q158116
13	Renault - Sandero 1.6 Expression	ASI - 3432	2009/2010	Branco	Passeio – 5 passageiros (1+4)	K7MJ714Q070321
14	Fiat - Strada 1.8 Working	ALM - 4139	2003/2004	Prata	Carga – 2 passageiros (1+1)	3E0049803
15	Fiat - Strada 1.8 Working	ALM - 4151	2003/2004	Prata	Carga – 2 passageiros (1+1)	3E0048642
16	Fiat - Strada 1.4 Working	AYY - 4936	2014/2015	Branco	Carga – 2 passageiros 7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios: (1+1)	310A20112278822
17	Fiat - Strada 1.4 Working	AYY - 4951	2014/2015	Branco	Carga – 2 passageiros (1+1)	310A20112279641
18	Fiat - Strada 1.4 Working	AYY - 4952	2014/2015	Branco	Carga – 2 passageiros (1+1)	310A20112282295
19	GM - S – 10 2.4 D	ALM - 4128	2003/2004	Prata	Camionete – 5 passageiros (1+4)	6Y0002398
20	Mitsubishi - L – 200 Triton 3.2 GLS	AZJ - 7574	2015/2015	Branco	Camionete – 5 passageiros (1+4)	4M41UCBE8124
21	Mitsubishi - L – 200 Triton 3.2 GLS	AZJ - 7578	2015/2015	Branco	Camionete – 5 passageiros (1+4)	4M41UCBE8653
22	Fiat - Ducato 2.3 Minibus	ATT - 7295	2011/2011	Branco	Micro – 16 passageiros (1+15)	F1AE0481T7100761
23	Fiat - Ducato 2.3 Minibus	ATW - 0265	2011/2011	Branco	Micro – 16 passageiros (1+15)	F1AE0481T7101947
24	Renault - Master 2.3 DCI Bus	ARZ - 2740	2009/2010	Branco	Micro – 16 passageiros (1+15)	G9UA754C242684
25	Renault - Master 2.3 DCI L1h1	AZN - 8214	2015/2016	Branco	Micro – 16 passageiros (1+15)	M9TD882C014394
26	Renault - Master 2.3 DCI L1h1	AZN - 8215	2015/2016	Branco	Micro – 16 passageiros (1+15)	M9TD882C014400

27	Mercedes Benz - Sprinter 2.1 515 CDI	AYB - 2731	2013/2014	Branco	Micro – 21 passageiros (1+20)	651955W0026079
28	Ford - Transit 2.4 Duratorq TDCI	ATT - 7296	2010/2011	Branco	Caminhonete – 3 passageiros (1+2)	JXFABTA69148
29*	Agrale - Micro Volare 4.12 MWM	ASZ - 3085	2010	Branco	Ônibus – 29 passageiros (1+28)	D1A053686
30	Agrale - Micro Volare 4.12 MWM	ATT - 7301	2011/2011	Branco	Ônibus – 22 passageiros (1+21)	D1A053686
31	Marcopolo - Ônibus 4.6 VW 17.230	AUZ - 7197	2011/2011	Branco	Ônibus – 53 passageiros (1+52)	F1A059083
32	Marcopolo - Ônibus 4.6 VW 17.230	AYH - 9924	2013/2013	Branco	Ônibus – 51 passageiros (1+50)	0163558A503555
33	Mascarello – Ônibus 4.6 VW 17.230	AZR - 8082	2015/2015	Branco	Ônibus – 46 passageiros (1+45)	0164055A7544051
34	Agrale - Caminhão 4.8 14.000 S	AZS - 8545	2015/2015	Branco	Caminhão – 3 passageiros (1+2)	U1A008031
35	Iveco – Daily Ambulância 45S14	ATZ - 3197	2011/2011	Branco	Ambulância – 8 passageiros (1+7)	F1CE0481G7104247
36	Mitsubishi – L200 Triton 3.2 D	AWK – 7H61	2012/2013	Prata	Camionete – 5 passageiros (1+4)	4M41UCBA0841
37	Mitsubishi – L200 Triton 3.2 D	AWY – 3J86	2013/2013	Prata	Camionete – 5 passageiros (1+4)	4M41UCBB2028
38	Chevrolet – S10 LS DD4	SGD – 6G61	2023/2024	Branco	Camionete – 5 passageiros (1+4)	LWNF233401043
39	Chevrolet – S10 LS DD4	SGE – 1D06	2023/2024	Branco	Camionete – 5 passageiros (1+4)	LWNF233291117
40	Ford – Transit TCA Micro	SFM – 6I60	2024/2024	Branco	Micro – 20 passageiros (1+19)	RU015092
41	Ford – Transit TCA Micro	SFM – 9I64	2024/2024	Branco	Micro – 20 passageiros (1+19)	RU015097
42	Ford – Transit TCA Micro	SFN – 6E50	2024/2024	Branco	Micro – 20 passageiros (1+19)	RU015105
43	Marcopolo/ Volare V9L ON	SFL – 9C88	2024/2024	Branco	Ônibus – 33 passageiros (1+32)	36819086

44	Marcopolo/ Volare V9L ON	SFL – 9D18	2024/2024	Branco	Ônibus – 33 passageiros (1+32)	36819090
45	Marcopolo/ Volare V8L ON	SFO – 3A57	2024/2024	Branco	Ônibus – 23 passageiros (1+22)	36823103
46	Volkswagen – Mascarello Roma	TAK – 9G07	2024/2025	Branco	Ônibus – 44 passageiros (1+43)	0266893A306886

5.34. O sistema deverá garantir que somente os veículos oficiais relacionados no Item 5.33 serão atendidos, a fim de evitar fraudes ou mau uso do sistema, ressalvada a exceção prevista no Item 5.25.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.35. *O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, na forma presencial ou online, para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

A contratante, obriga-se:

6.9. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.

6.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

6.11. Dar conhecimento dos termos deste Termo de Referência aos usuários dos referidos instrumentos periféricos do sistema destinados aos veículos e orientá-los à correta utilização, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada.

6.12 Estabelecer, para cada veículo, um limite de valor, o qual não poderá ser ultrapassado sem autorização expressa da UNILA.

6.13 Fornecer à Contratada cadastro completo dos veículos e condutores/usuários autorizados contendo todos os dados necessários ao seu registro, quais sejam:

- a) Tipo da frota (própria ou cedida);
- b) Placa;
- c) Chassi e Renavam;
- d) Marca;
- e) Tipo;
- f) Motorização;
- g) Capacidade de carga;
- h) Combustível (gasolina, diesel, álcool, gás natural) e capacidade do tanque;
- i) Hodômetro;
- j) Nome, matrícula e lotação dos condutores autorizados.

6.14 Promover o cadastramento dos servidores que terão acesso ao sistema, em dois níveis; o de Administrador (com poderes de alteração de limites de crédito, bloqueio ou liberação de transação, etc.) e de Usuário (apenas com acesso a relatórios e dados), responsabilizando-se pela inclusão e cancelamento de senha.

6.15 Informar imediatamente à Contratada, os casos de furto, roubo, extravio ou dano aos cartões destinados aos veículos, requerendo à Contratada a emissão de um novo cartão.

6.16 Providenciar o cancelamento definitivo dos cartões destinados aos veículos retirados da frota credenciada.

Fiscalização

6.17 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.18. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.19. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.20. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.21. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.22. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.23. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.24. Remanejar e/ou incrementar créditos em cada cartão do sistema destinado aos veículos da frota oficial.

6.25 Aprovar os orçamentos encaminhados pela Contratada, após cotação.

Fiscalização Administrativa

6.26. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.27. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.28. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.29. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.30. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.31. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.32. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.33. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.34. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

A Contratada obriga-se a:

6.35 Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a UNILA, quando necessário.

6.36 Disponibilizar Central de Atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, aos gestores e também aos usuários da UNILA.

6.37 Disponibilizar suporte técnico para o sistema, com atendimento em até 24 (vinte e quatro) horas após a chamada.

6.38 Relatar à UNILA toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.

6.39 Reembolsar todos os estabelecimentos que fizerem parte da rede credenciada da Contratada, inexistindo qualquer relação financeira, fiscal e tributária entre estes prestadores de serviços e a UNILA.

6.40 Verificar, junto aos credenciados, a utilização das melhores técnicas de execução dos serviços confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela UNILA, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços e desde que aprovados pela UNILA.

6.41 Disponibilizar, sempre que solicitado pela UNILA, os comprovantes de pagamentos a rede de estabelecimentos credenciados.

6.42 Dar treinamento em plataforma online, aos gestores e usuários da UNILA e orientá-los sobre a correta utilização do sistema, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada.

6.43 Manter, nos postos de combustíveis credenciados, em local visível, a identificação de sua adesão ao sistema, objeto do Contrato.

6.44 Fornecer manuais de utilização do sistema de gerenciamento do abastecimento e da manutenção e de consolidação de dados em língua portuguesa, tanto para os gestores da UNILA quanto para a rede credenciada.

6.45 No caso de extravio ou danos aos cartões destinados aos veículos, bem como as senhas destinadas aos usuários, a Contratada deverá fornecer novas vias sem custo e em prazo máximo de 7 (sete) dias úteis após a solicitação dos mesmos pela UNILA no sistema.

6.46 A Contratada deverá replicar todos os dados relativos às transações diariamente, de forma automática, para o banco de dados da UNILA através de linha privativa dedicada, internet ou outro meio similar.

6.47 Certificar-se de que as empresas credenciadas ao seu sistema (postos de combustíveis, postos de lavagem, oficinas de manutenção automotiva, comércio de peças, baterias, pneus e outros), respeitam estritamente as normas ambientais e de sustentabilidade atinentes às suas atividades e adverti-las ou descredenciá-las, temporária ou definitivamente, em caso de descumprimento das seguintes prescrições:

6.47.1 Nos termos da Resolução CONAMA nº 273, de 29 de novembro de 2000, os postos de combustíveis deverão dispor de todas as licenças ambientais necessárias ao seu regular funcionamento, expedidas pelos Órgãos ambientais Municipais, Estaduais e Federais competentes, de modo a garantir que suas atividades não afetem o meio ambiente.

6.47.2 Os postos de lavagem deverão observar, dentre outras, as determinações da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a fim de adotar, sempre que possível, as seguintes providências:

- a) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- b) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- d) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- e) utilizar lavagem com água de reúso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- f) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.

6.47.3 Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a empresa credenciada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar -lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

6.47.4 Não são permitidas, às empresas credenciadas da Contratada, formas inadequadas de destinação final das baterias automotivas usadas, originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

- a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
- b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
- c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

6.47.5 A Contratada deverá certificar-se de que as empresas credenciadas realizam o adequado recolhimento das baterias automotivas originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

6.47.6 A Contratada deverá certificar-se de que as empresas credenciadas realizam o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, destinando-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

6.47.7 A observância das prescrições legais ambientais também será realizada pelos fiscais e gestores do contrato durante sua vigência, os quais serão responsáveis por solicitar à Contratada a advertência, o descredenciamento provisório e, em caso de não atendimento ou não resolução, o descredenciamento definitivo de empresa credenciada que não observe as normas ambientais atinentes à sua atividade econômica.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em Anexo,

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
- 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4 A Contratante utilizará formulário próprio como meio de análise, conforme Instrumento de Medição de Resultados (IMR), em consonância com as diretrizes da IN SEGES/MPDG no 05/2017 e suas posteriores alterações, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada.

7.5 O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as adequações de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR, ser interpretadas como penalidades ou multas.

7.6 O procedimento de avaliação dos serviços será realizado mensalmente pelos fiscais do contrato, com base no Instrumento de Medição.

7.7 Os serviços serão considerados insatisfatórios se a empresa exceder o limite máximo da última faixa de ajuste no pagamento de qualquer indicador(es), ficando a Contratada sujeita as penalidades previstas no Edital.

7.8 O não atendimento das metas, por ínfima diferença poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de

modo a não comprometer a continuidade da contratação.

7.9 A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

7.10 As avaliações e a pontuação a ser atribuída aos serviços desempenhados, assim como os descontos, serão pautados pelas regras e ocorrências abaixo discriminadas:

INDICADOR	
Nº1 - Tempo de disponibilidade do veículo	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o pleno funcionamento do serviço com a menor interrupção, maior celeridade e melhor preço possível.
Meta a cumprir	Disponibilidade de uso de todos os veículos da frota com pleno Funcionamento.
Instrumento de medição	Sistema informatizado de gestão via WEB e relatórios da fiscalização.
Forma de Acompanhamento	Pelo Sistema e verificação in loco.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Cada item da tabela X será valorado e somado, tendo sua pontuação final relacionada a um percentual de desconto na nota fiscal.
Início da vigência	Data da assinatura de contrato.
Faixas de ajuste no Pagamento	IMR $\leq 0,3$: 100% do valor da nota fiscal IMR $>0,3 \leq 1,2$: 98% do valor da nota fiscal IMR $>1,2$: 96 % do valor da nota fiscal, sem prejuízo das sanções previstas no Edital

OCORRÊNCIAS	PONTOS
Não atendimento, por e-mail, através de endereço fornecido pela Contratada para os contatos e registro das ocorrências (falha na manifestação ou resolução).	0,3
Cobrança por serviços não prestados.	0,3
Cobrança fora do prazo estabelecido neste Termo de Referência.	0,3
Cobrança de valores em desacordo com o contrato.	0,3
Atraso na ativação dos serviços, nas alterações de características técnicas ou descumprimento de solicitação de adequação ao Termo de Referência, para cada 5 dias corridos de atraso.	0,3
Atraso na prestação das informações, esclarecimentos solicitados pelo Contratante, para cada 24 horas de atraso.	0,3
Interrupção na prestação dos serviços (para cada hora totalizada ou pela soma de interrupções), sem comunicação prévia e acordada com o Contratante ou em desacordo com qualquer item deste Termo de Referência ou do Edital.	1

7.11 A critério da Contratante, a Contratada poderá ser penalizada com a rescisão contratual nas seguintes condições:

- Em caso de reincidência de falhas penalizadas com o desconto máximo possível, por mais de 3 (três) vezes durante a vigência do primeiro ano do contrato ou a cada prorrogação, se houver.
- O saldo de falhas será zerado a cada 12 meses, sendo a data de assinatura do contrato ou da renovação o marco de renovação do saldo.

Do recebimento

7.12. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.13. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.14. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.15. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.16. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.17. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.17.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.17.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.17.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.17.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.25.1. o prazo de validade;
- 7.25.2. a data da emissão;
- 7.25.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.25.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.25.5. o valor a pagar; e
- 7.25.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.39. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.39.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.40. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.41. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.42. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.43. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO POR GRUPO.

8.2 A licitação será dividida em 2 (dois) Grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante no presente Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos Grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem o Grupo.

8.3 Caberá aos licitantes ofertarem lances/propostas com descontos iguais ou superiores a 0% (zero por cento) sobre os valores totais do Grupo 01 e do Grupo 02.

8.4 A licitante deverá demonstrar o funcionamento do sistema proposto para avaliação técnica quanto às funcionalidades, segurança, e facilidade de uso.

8.5 Os licitantes deverão ofertar exclusivamente seus descontos correspondentes a cada um dos Grupos do seu interesse ou, se for o caso, de ambos, caso opte em disputar os dois.

8.6 Os descontos ofertados pelos licitantes no Grupo 01 refletirão no desconto a ser aplicado sobre o preço de bomba no dia do abastecimento.

8.7 A desclassificação e/ou não aceitação de um único item do Grupo implicará na desclassificação da proposta para todo o Grupo, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o Grupo

Regime de execução

8.8. O regime de execução do contrato será empreitada por menor preço global estimado, obtido por meio do maior percentual de desconto sobre a Nota Fiscal mensal da Contratada, hipótese que não demanda reajuste anual, na medida em que o preço unitário a ser pago será apurado mensalmente, conforme definido no termo de referência/estudos preliminares.

8.8.1 O regime adotado busca vantajosidade pois a licitação é dividida em grupos.

Exigências de habilitação

8.9. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.10. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.11. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.13. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.14. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.15. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.16. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.17. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.24. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.27. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.28. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.29. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.29.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - 8.29.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
 - 8.29.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
 - 8.29.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.30. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 8.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.33. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 8.34. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.35.1.1 Experiência Mínima de 1 (um) Ano: A empresa deverá comprovar, por meio dos atestados apresentados, que possui experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços ou execução de contratos da mesma natureza do objeto da presente licitação.

8.35.1.2 Comprovação de Execução de Quantitativos: Os contratos informados nos atestados, deverão demonstrar que a empresa executou, com êxito, no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos pretendidos na licitação em questão, garantindo que a empresa tem capacidade para atender à demanda do objeto da licitação.

8.35.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.35.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.36. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.36.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.36.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.36.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.36.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.36.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.36.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.36.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.087.760,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. 9.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$1.087.760,00 (um milhão oitenta e sete mil setecentos e sessenta reais), dividido em dois Grupos: Abastecimento R\$ 547.760,00 (Quinhentos e quarenta e sete mil setecentos e sessenta reais); Manutenção R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 158658;

II) Fonte de Recursos: 10000.000000;

III) Programa de Trabalho: 171318;

IV) Elemento de Despesa: 33.90.00;

V) Plano Interno: MC002G01ADN - Ação C.2 - Despesas Administrativas.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

KATIA REGINA MALLMANN DEMETERKO

Agente de contratação

DIEGO SANTOS DE SOUZA

Agente de contratação

MARCIO APARECIDO YOKOMIZO

Agente de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - IMR - ANEXO.pdf (34.57 KB)

ANEXO I - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

DO IMR:

- a) O Instrumento de Medição de Resultados (nomenclatura da IN 05/2017 do MPDG para o Acordo de Nível de Serviço) é baseado em indicadores de desempenho, obtidos como resultado de avaliações periódicas executadas por servidor ou, por grupo de servidores constituindo Comissão Específica de Avaliação (CEA) designada para tal.
- b) Dessa forma, busca-se incluir critério de performance para o serviço de manutenção preventiva e corretiva através de gerenciamento de frota, seguindo as melhores práticas aplicadas na Administração Pública.
- c) O relatório de qualidade será obtido por meio da nota obtida na avaliação periódica efetuada pelo servidor responsável ou pela comissão.
- d) Ao final de cada período, a CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade devidamente fundamentado, no qual constará o resultado pela empresa. A partir do recebimento do relatório, caso deseje, a CONTRATADA terá 5 (cinco) dias corridos para contestar as falhas apontadas e apresentar justificativas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pela CONTRATANTE.

Comissão Específica de Avaliação – CEA:

- a) A avaliação periódica será executada pelo servidor responsável ou por Comissão Específica de Avaliação - CEA constituída por servidores formalmente designados pela CONTRATANTE.

Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

INDICADOR	
Nº1 - Tempo de disponibilidade do veículo	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o pleno funcionamento do serviço com a menor interrupção, maior celeridade e melhor preço possível.
Meta a cumprir	Disponibilidade de uso de todos os veículos da frota com pleno Funcionamento.
Instrumento de medição	Sistema informatizado de gestão via WEB e relatórios da fiscalização.
Forma de Acompanhamento	Pelo Sistema e verificação in loco.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Cada item da tabela X será valorado e somado, tendo sua pontuação final relacionada a um percentual de desconto na nota fiscal.
Início da vigência	Data da assinatura de contrato.
Faixas de ajuste no Pagamento	IMR $\leq 0,3$: 100% do valor da nota fiscal IMR $>0,3 \leq 1,2$: 98% do valor da nota fiscal

	IMR >1,2: 96 % do valor da nota fiscal, sem prejuízo das sanções previstas no Edital
--	--

OCORRÊNCIAS	PONTOS
Não atendimento, por e-mail, através de endereço fornecido pela Contratada para os contatos e registro das ocorrências (falha na manifestação ou resolução).	0,3
Cobrança por serviços não prestados.	0,3
Cobrança fora do prazo estabelecido neste Termo de Referência.	0,3
Cobrança de valores em desacordo com o contrato.	0,3
Atraso na ativação dos serviços, nas alterações de características técnicas ou descumprimento de solicitação de adequação ao Termo de Referência, para cada 5 dias corridos de atraso.	0,3
Atraso na prestação das informações, esclarecimentos solicitados pelo Contratante, para cada 24 horas de atraso.	0,3
Interrupção na prestação dos serviços (para cada hora totalizada ou pela soma de interrupções), sem comunicação prévia e acordada com o Contratante ou em desacordo com qualquer item deste Termo de Referência ou do Edital.	1

- b) O atraso na prestação de informações será contado a partir da data final indicada para manifestação. Sempre que solicitadas informações ou esclarecimentos, será indicada data final para atendimento, sendo considerado atraso o não atendimento da demanda neste prazo indicado.
- c) O relatório da avaliação deve ser claro e objetivo, apresentando os pontos considerados e incluindo a documentação correspondente. Caso a meta não seja cumprida, o relatório de avaliação será enviado à empresa com prazo aberto de 5 (cinco) dias corridos para manifestação.
- d) As eventuais justificativas às falhas apontadas devem ser encaminhadas pela CONTRATADA ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.
- e) Dirimidas as dúvidas, o fiscal do contrato formaliza o fator de qualidade ajustando o valor da medição ao IMR obtido. Com isso se obtém o valor da fatura e se configura o recebimento definitivo que autoriza a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal de seus serviços.
- f) A aplicação dos descontos referidos neste IMR não excluirá eventual aplicação das penalidades previstas no Edital.

Estudo Técnico Preliminar 48/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23422.018695/2024-04

2. Descrição da necessidade

Faz-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento de abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, com implantação e operação de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, por meio de internet, através de rede de estabelecimentos credenciados para que seja procedida de maneira eficaz e eficiente os abastecimentos, manutenções e conservações preventivas e corretivas dos veículos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, seguindo os procedimentos de revisão e troca de peças indicados pelos respectivos fabricantes, em decorrência do desgaste pelo uso. Manutenção adequada reverte-se em economicidade, garantia e prolongamento da vida útil e durabilidade do patrimônio público e ainda a segurança aos seus agentes em serviço. Os veículos são ferramentas indispensáveis à instituição, sendo imprescindível que estejam sempre em condições satisfatórias de utilização, sendo necessário que o serviço em tela seja executado de forma contínua, garantindo assim o bom andamento das variadas atividades acadêmicas e administrativas desempenhadas pela Universidade.

A instituição possui hoje, os contratos 06/2023 e 07/2023 que contemplam os serviços em questão, mas verificou-se que o envelhecimento da frota e a aquisição de novos veículos tornou os valores dos contratos insuficientes para o atendimento das demandas. O presente estudo busca a intenção de novos contratos com valores que atendam a nova realidade da frota de veículos oficiais.

Dessa forma, o objeto a ser licitado, pela sua relevância institucional e com base nas justificativas acima mencionadas, possui natureza continuada, sendo o prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses contados da publicação no DOU, na forma do artigo 105 da Lei nº14.133, de 2021.

A demanda é considerada “comum” pois enquadra-se nos termos da definição do inciso II do Art. 3o do Decreto no 10.024/2019: “II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DITRAN - DIVISÃO DE TRANSPORTES / UNILA	DIEGO SANTOS DE SOUZA
DITRAN - DIVISÃO DE TRANSPORTES / UNILA	KÁTIA REGINA MALLMANN DEMETERKO
DELOG - DEPARTAMENTO DE LOGISTICA	MARCIO APARECIDO YOKOMIZO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Do abastecimento:
- A Contratada desenvolverá, às suas expensas, sistema informatizado com módulo online completo, interface amigável e responsiva, para o cadastramento e gestão de usuários e veículos, permitindo a atualização em tempo real das informações, com acesso via internet, tanto para navegadores web quanto por dispositivos móveis (smartphones e tablets). A plataforma deve

garantir segurança e confidencialidade dos dados, além de oferecer relatórios detalhados sobre o consumo de combustível, histórico de abastecimentos e outras informações relevantes para a gestão da frota.

- O sistema deverá possibilitar o cadastramento dos usuários e veículos de forma online.
- O sistema deverá, obrigatoriamente, disponibilizar senhas pessoais aos usuários e garantir que a transação só seja concluída após a validação do responsável pela compra.
- O Sistema deverá disponibilizar cartões magnéticos, um para cada veículo da frota, sendo os mesmos originalmente bloqueados e protegidos até o seu recebimento, ficando a UNILA responsável por desbloqueá-los de acordo com as necessidades.
- O Sistema da Contratada deverá possibilitar o envio de alertas através de mensagem eletrônica ao gestor da UNILA quando houver desacordo entre os dados informados pelo usuário no ato da compra em relação ao cadastro e ao histórico do veículo contidos no sistema, quanto à quilometragem, rendimento de km/L, produto, quantidade, valor e identificação do usuário.
- O Sistema da Contratada deverá possibilitar à UNILA o bloqueio da transação quando houver desacordo entre os dados informados pelo usuário no ato da compra em relação ao cadastro e ao histórico do veículo contidos no sistema, quanto à quilometragem, rendimento de km/L, produto, quantidade, valor e identificação do usuário.
- O bloqueio, desbloqueio e cancelamento dos cartões, alteração nos limites dos cartões, inserção de cargas positivas e/ou negativas de crédito nos cartões, solicitação de novas vias dos cartões e cadastramento de novos veículos e usuários somente poderá ser feito pelos servidores da UNILA designados como gestores do sistema, credenciados por login e senha pessoal de acesso administrador ao sistema, devendo realizado via online e em tempo real.
- O Sistema deverá possibilitar o cadastramento dos servidores que terão acesso ao sistema, em dois níveis; o de Administrador ou Gestor (com poderes de alteração de limites de crédito, inclusão e exclusão de motoristas, senhas, etc.) e de consulta (apenas com acesso a relatórios), responsabilizando-se pela inclusão e cancelamento de senha.
- Para atender às excepcionalidades, o sistema deverá possuir previsão para transação manual com autorização fornecida via telefone, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, de forma a manter o atendimento em casos de pane no equipamento de leitura do cartão instalados nos estabelecimentos credenciados ou perda dos cartões.
- O Sistema deverá viabilizar e garantir o pagamento das transações dos veículos da UNILA realizadas junto aos estabelecimentos credenciados.
- O Sistema deverá disponibilizar, de forma online e via web, relatórios gerenciais de controle de despesas contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Relação dos Veículos por marca, modelo, ano de fabricação, motorização;
 - b) Histórico das operações realizadas pela frota contendo: data, hora, identificação do estabelecimento, identificação do usuário, produto ou serviço adquirido, quantidade adquirida, valor total da operação e saldo;
 - c) Análise e histórico de consumo de combustível (km/l) dos veículos da frota;
 - d) Quilometragem percorrida pela frota;
 - e) Histórico das operações realizadas por usuário;
 - f) Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
 - g) Preço pago pelos produtos/serviços adquiridos para a frota;
 - h) Descritivo dos limites de créditos distribuído aos veículos da frota ou grupo de veículos previamente estabelecidos pela UNILA;
 - i) Relatório contendo o volume de gastos realizados por tipo de produto ou serviço.
- Disponibilizar, a cada transação, comprovante impresso, independentemente de solicitação prévia do usuário, com, no mínimo, as seguintes informações:

- a) O nome do estabelecimento comercial onde foi efetivada a transação;
- b) A quantidade de produto adquirido e o valor da transação;
- d) A data e hora da transação;
- e) O usuário responsável pela transação;
- f) A quilometragem atual do veículo;
- g) O saldo remanescente do cartão.

Da manutenção:

A Contratada desenvolverá, às suas expensas, sistema informatizado com módulo online completo, interface amigável e responsiva, para o cadastramento e gestão de usuários e veículos, permitindo a atualização em tempo real das informações, com acesso via internet, tanto para navegadores web quanto por dispositivos móveis (smartphones e tablets). A plataforma deve garantir segurança e confidencialidade dos dados. O sistema deve realizar o gerenciamento e controle de aquisição de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, acessórios, troca de óleo e filtros, manutenção de freios e sistema de arrefecimento, aquisição e/ou conserto de pneus e câmaras de ar, serviços especializados de retífica de motores, lataria, funilaria, chapeação e pintura, estofamento, sistema elétrico, sistema hidráulico, alinhamento e balanceamento de rodas, borracharia, lavagem interna e externa e polimento e serviço de guincho ou reboque para remoção de veículos inoperantes.

- O sistema deverá disponibilizar, de forma online, os orçamentos das manutenções necessárias, com as descrições de peças, acessórios, pneus e serviços com os preços unitários e totais para aprovação da UNILA.
- A aprovação do orçamento e consequente liberação de pagamento ao estabelecimento credenciado será de responsabilidade dos

servidores da UNILA designados como gestores do sistema e somente poderão ocorrer através do sistema, a partir da digitação da senha de acesso.

- Os orçamentos postados no sistema - aprovados ou reprovados - deverão estar disponíveis para consulta, comparação de preços e impressão.

- A CONTRATADA deverá encaminhar o orçamento elaborado pelo estabelecimento credenciado para apreciação da UNILA imediatamente após sua formalização no sistema.

- A UNILA poderá solicitar a CONTRATADA que encaminhe comprovação de que os preços contidos no orçamento elaborado pelo estabelecimento credenciado estão alinhados ao praticado no mercado, sendo a referida comprovação ser feita através de cotações no sistema ou consulta a sistema de controles de preços.

- A escolha do estabelecimento credenciado para o qual será encaminhado o veículo será exclusivamente da UNILA, podendo a CONTRATADA informar, no ato da abertura da ordem de serviço, quais os estabelecimentos estão mais próximos da ocorrência.

- Ao receber a solicitação de abertura de ordem de serviço, a CONTRATADA deverá orientar ao gestor quanto ao encaminhamento do veículo, abrir a solicitação de orçamento ao estabelecimento credenciado escolhido e posteriormente encaminhar o orçamento via sistema online à UNILA para aprovação diretamente do gestor.

- O Sistema deverá disponibilizar de forma on-line e via web, relatórios gerenciais de controle de despesas das manutenções, os custos unitários, total e global, identificação do veículo, data, hora, identificação do fornecedor, identificação da lotação do veículo, tipo de manutenção (preventiva ou corretiva), peças, acessórios, pneus e serviços com mão de obra e controle de garantias.

- Durante a execução do contrato, a UNILA poderá incluir novos veículos no sistema da CONTRATADA, tanto no módulo de abastecimento quanto no módulo de manutenção.

Da rede credenciada:

- Disponibilizar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento (por e-mail) da autorização para execução dos serviços, a rede credenciada nacional com estabelecimentos credenciados no Estado do Paraná, onde em um raio de 500 km da cidade de Foz do Iguaçu, a contratada deve disponibilizar pelo menos 01 posto de combustível com atendimentos 24 horas por dia em cidades com mais de 100 mil habitantes e ainda, com cobertura mínima de 03 (três) postos de combustíveis na cidade de Foz do Iguaçu, sendo ao menos 01(um), na região norte da cidade, para iniciar o serviço de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis.

- Disponibilizar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento (por e-mail) da autorização para execução dos serviços, com abrangência nacional, indicando a rede de estabelecimentos credenciados no Estado do Paraná, onde em um raio de 500 km da cidade de Foz do Iguaçu, a contratada deve disponibilizar pelo menos 01 oficina credenciada em cidades com mais de 100 mil habitantes e ainda, com cobertura mínima de 03 (três) oficinas mecânicas na cidade de Foz do Iguaçu, para iniciar o serviço de gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva de veículos leves e vans, incluso o fornecimento de peças, acessórios, troca de óleo e filtros, manutenção de freios e sistema de arrefecimento, aquisição e/ou conserto de pneus e câmaras de ar, serviços especializados de retífica de motores, lataria, funilaria, chapeação e pintura, estofamento, sistema elétrico, sistema hidráulico, alinhamento e balanceamento de rodas, borracharia, lavagem interna e externa e polimento e serviço de guincho ou reboque para remoção de veículos inoperantes.

- Disponibilizar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento (por e-mail) da autorização para execução dos serviços, com abrangência nacional, indicando a rede de estabelecimentos credenciados no Estado do Paraná, onde em um raio de 500 km da cidade de Foz do Iguaçu, a contratada deve disponibilizar pelo menos 01 oficina credenciada em cidades com mais de 100 mil habitantes e ainda, cobertura mínima de 03 (três) oficinas mecânicas na cidade de Foz do Iguaçu, para iniciar o serviço de gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva de veículos pesados (microônibus, ônibus e caminhões), incluso o fornecimento de peças, acessórios, troca de óleo e filtros, manutenção de freios e sistema de arrefecimento, aquisição e/ou conserto de pneus e câmaras de ar, serviços especializados de retífica de motores, lataria, funilaria, chapeação e pintura, estofamento, sistema elétrico, sistema hidráulico, alinhamento e balanceamento de rodas, borracharia, lavagem interna e externa e polimento e serviço de guincho ou reboque para remoção de veículos inoperantes.

- Ampliar e disponibilizar a rede de estabelecimentos credenciados, mediante solicitação da UNILA, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da solicitação.

- Disponibilizar, por meio eletrônico, relação dos estabelecimentos credenciados no território nacional, por cidade, contendo as seguintes informações: razão social, nome de fantasia, CNPJ, endereço e telefone, mantendo-a atualizada.

Da implantação do sistema:

- Implantar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento (por e-mail) da autorização para execução dos serviços, o sistema informatizado e integrado de gestão de frota, contemplando módulo de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis, filtros, aditivos, óleos lubrificantes, lavagem e borracharia e módulo de gerenciamento e controle de aquisição de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, acessórios, troca de óleo e filtros, manutenção de freios e sistema de arrefecimento, aquisição e/ou conserto de pneus e câmaras de ar, serviços especializados de retífica de motores, lataria, funilaria, chapeação e pintura, estofamento, sistema elétrico, sistema hidráulico, alinhamento e balanceamento de rodas, borracharia, lavagem interna e externa e polimento e serviço de guincho ou reboque para remoção de veículos inoperantes, para a frota de

veículos oficiais da UNILA, através de estabelecimentos credenciados pela Contratada. Os trabalhos de implantação pela CONTRATADA referidos no item anterior, compreendem:

- a) Definição da estrutura de gestão – Definição do CNPJ;
- b) Cadastramento dos veículos oficiais da UNILA;
- c) Cadastramento dos usuários;
- d) Disponibilização da rede de estabelecimentos conveniados;
- e) Disponibilização, às suas expensas, via online, à UNILA, de sistema de consulta de preços de peças e serviços para manutenção preventiva e corretiva;
- f) Entrega dos cartões magnéticos para abastecimento dos veículos oficiais da UNILA;
- g) Cadastramento e treinamento dos gestores indicados pela UNILA.

5. Levantamento de Mercado

Além das contratações realizadas anteriormente pela Universidade (contrato no. 01/2015, 03/2021, 06/2023 e 07/2023), foram consideradas e analisadas contratações similares feitas por outros Órgãos com o objetivo de identificar a existência de serviços que melhor atendam as necessidades da Administração. Assim, decidiu-se pela instrução processual visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento de frota de veículos, de forma continuada, junto à rede de oficinas, postos de combustíveis e centros automotivos credenciados por meio de sistema informatizado, via web , com cobertura nacional. A decisão na escolha por este modelo de contratação considera as vantagens decorrentes da melhor gestão e controle de despesas com a frota de veículos, gerando expectativas de redução de custos que envolvam abastecimentos, manutenções de veículos e gerenciamento da frota, por meio de relatórios gerenciais e da possibilidade de definir parâmetros de uso e controles diferenciados, relacionados aos veículos e condutores.

6. Descrição da solução como um todo

Constitui objeto desta licitação o Registro de Preços para contratação de empresa especializada na implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gestão de frota, contemplando módulo de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis e rotinas de manutenção preventiva e corretiva para a frota de veículos oficiais da Universidade, por meio de cartões magnéticos através de estabelecimentos credenciados pela contratada.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de consumo foi definida de acordo com as tabelas abaixo:

GRUPO 01 - ESTIMATIVO COMBUSTÍVEIS

Quantidade anual (litros)		Preço médio ANP*	Total R\$	Total Geral
Gasolina	30.000	R\$ 6,17	R\$ 185.100,00	R\$ 547.760,00
Álcool	2000	R\$ 4,33	R\$ 8.660,00	
Diesel S10	59.000	R\$ 6,00	R\$ 354.000,00	

* Preço médio dos valores praticados conforme tabela da Agência Nacional do Petróleo - ANP – www.preco.anp.gov.br – Cidade: Foz do Iguaçu/ PR – Período: Agosto/2024

GRUPO 02 - ESTIMATIVO MANUTENÇÃO

Item	Discriminação do item	Total (anual)
Peças e acessórios de reposição para veículos	Fornecimento de peças e acessórios necessários à manutenção e conservação dos veículos. (pneus, fluídos, óleos, filtros, peças em geral).	R\$ 300.000,00
Serviços de manutenção e reparo de veículos	Serviços de limpeza e higienização da frota, conserto e reparo de pneus, serviço de transporte em suspenso por guinchamento e mão de obra mecânica em geral.	R\$ 240.000,00
Valor total estimado (anual)		R\$ 540.000,00

Levantamentos de históricos de consumo dos itens pretendidos:

Combustíveis:

Ano de 2023 - R\$ 228.098,35

Ano de 2024 - R\$ 328.534,95

Quantitativo pretendido R\$ 547.760,00

Manutenção de veículos:

Ano de 2023: R\$ 224.396,30

Ano de 2024: R\$ 346.313,99

Quantitativo pretendido R\$ 540.000,00

Os dados acima foram extratos dos relatórios anexados a este estudo.

Os veículos que compõem a frota oficial são ferramentas indispensáveis à instituição e para que possam cumprir a finalidade a que se destinam nos deslocamentos de transporte e apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas é imprescindível que estejam sempre em condições satisfatórias de utilização. Para tal, necessário se faz que a manutenção e abastecimento veicular sejam realizados contínua e ininterruptamente, garantindo assim o bom andamento e principalmente a segurança dos usuários nas variadas ações de transporte desempenhadas pela Universidade.

Deve-se considerar que os órgãos públicos ainda sofrem os reflexos causados pelo trágico período da pandemia de COVID19. Durante tal período, mais fortemente nos anos de 2020 e 2021, tivemos uma drástica redução nas atividades institucionais chegando em dado momento a paralisação total de boa parte das atividades, no ano de 2022 as atividades presenciais retornaram gradualmente até a total normalização.

Tal situação provocou grandes impactos na gestão da frota oficial, pois no referido período observamos uma radical redução até a paralisação de todas as atividades de transporte de passageiros e materiais, e assim também reduzindo o uso dos contratos de manutenção e abastecimento.

No quesito manutenção dos veículos deve-se considerar que ao mantermos os veículos parados por longo período de tempo, quando da retomada de sua utilização verifica-se a necessidade de realização de manutenção mais detalhada para o uso, e, conforme o veículo é utilizado novas necessidades de manutenção surgem.

O contexto da pandemia alterou a previsibilidade para os contratos futuros, tanto para manutenção quanto para abastecimento de combustíveis, pois que não houveram registros para medição de tais serviços.

O envelhecimento da frota da universidade, também é uma situação que impacta negativamente nos serviços de manutenção e abastecimento dos veículos, à medida em que o carro vai ficando mais velho naturalmente as visitas à oficina mecânica se tornam mais caras e frequentes, bem como o consumo de combustível tende a aumentar. Assim a manutenção se torna mais onerosa já que esse veículo ainda conta, em seu desfavor, com certa defasagem tecnológica e de peças de reposição. Nesse mérito, a frota da Unila tem idade média de 10 anos de utilização, com veículos já com mais de 12 anos de uso.

Em relação aos deslocamentos rodoviários, para atendimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativo, com veículos da frota oficial, tivemos um considerável aumento na demanda, pois que no ano de 2.023 foram 2.306 solicitações de transporte atendidas e em 2024 já contamos com 1.732 atendimentos até 23 de outubro de 2024, um significativo aumento na média mensal pois que cabe observar que neste ano a universidade passou por quase quatro meses de greve de servidores TAEs e docentes, entre meados de março até julho. Nesse período, a redução na demanda dos deslocamentos rodoviários consequentemente diminuíram, fato que aumenta a média desse tipo de transporte nos demais meses.

Cabe destacar ainda, que para 2.024 tivemos um aumento na frota da universidade, com veículos novos adquiridos e outros dois recebidos em doação. Tal ampliação resultam em maiores dispêndios relacionados aos serviços de manutenção e suprimento de combustíveis. Assim, mesmo considerando que alguns veículos passarão por processo de desfazimento com o resultado final de uma renovação e não ampliação da frota, enquanto tais veículos permanecerem em uso refletem em custos dessas contratações.

A situação do aumento das demandas, também ocorre para atividades de deslocamento local e/ou metropolitano, já que em 2023 o setor de transporte contou com 2.306 demandas atendidas e no ano em curso já contamos 1.732 atendimentos para esse tipo de transporte. Tal fato, aliado a ampliação do serviço de transporte interunidades após a inauguração do Restaurante Universitário e sua nova ampliação a partir do início do ano letivo de 2024.1, acresceu os custos de manutenção e abastecimento de combustível pois passamos de 12 linhas em 2023, para atuais 16 linhas no deslocamento interunidades.

Do exposto vê-se que se faz imperioso novas contratações para os serviços de manutenção e abastecimento veicular a fim de atender a demanda atual, já que as contratações vigentes se tornaram insuficientes frente a necessidade universitária, e ainda, deve-se considerar que para além da data atual há a possibilidade de uma atuação ainda maior da Unila no cenário local e regional facultando também maior carecimento de uso das contratações em tela.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.087.760,00

A Instrução Normativa 73/2020, que disciplinam a orçamentação nos processos licitatórios, prevê variadas possibilidades de levantamento de mercado. Para o presente objeto, utilizou-se do Parâmetro I do Art 5º da Normativa Pesquisa de Preço - Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 / Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021.

Com base na pesquisa realizada por meio de atas vigentes no Portal de Compras Governamentais, observa-se que a média da taxa administrativa aplicada em contratos com objeto similar ao ser licitado é similar em sua grande maioria, possuindo apenas variações em relação aos quantitativos a serem contratados e localização geográfica dos órgãos licitantes. No entanto, tais diferenças não possuem relevância a ponto de serem desconsideradas para formação da pesquisa, haja vista que os contratos possuem cobertura nacional com exigência de ampla rede de credenciados.

Dessa forma, a média praticada para execução desse serviço, via de regra, compreende 0%. A concorrência é garantida por meio de descontos sobre os valores a serem pagos (contratados), que nada mais seria do que o maior desconto aplicado diretamente sobre cada um dos itens a serem licitados, à exceção da já citada taxa administrativa, que corresponde a 0%. O valor total a ser utilizado como referência na contratação é de R\$1.087.760,00 (um milhão oitenta e sete mil setecentos e sessenta reais), dividido em dois Grupos: Abastecimento R\$ 547.760,00 (Quinhentos e quarenta e sete mil setecentos e sessenta reais); Manutenção R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais). No entanto, estes valores são apenas estimativos, não necessariamente serão os quantitativos mínimos a serem consumidos durante o período de vigência do contrato, visto que o efetivo consumo dependerá da real demanda de utilização da frota oficial.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme o art. 47 da Lei no 14.133/2021, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. O disposto encontra-se aplicado na presente demanda, a licitação será composta por dois grupos, conforme discriminado abaixo:

GRUPO 01 - ABASTECIMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	ESTIMATIVA	VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO	VALOR DESCONTO
1	Combustíveis (gasolina 20.000 litros; etanol 5.000 litros; diesel 40.000 litros)	547.760	R\$ 1,00	R\$ 547.760,00	A ser definido no pregão
TOTAL				R\$ 547.760,00	

GRUPO 02 - MANUTENÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	ESTIMATIVA	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR DE DESCONTO
1	Peças e acessórios de reposição para veículos	300.000	R\$ 1,00	R\$ 300.000,00	A ser definido no pregão
2	Serviços de manutenção e reparo de veículos	240.000	R\$ 1,00	R\$ 240.000,00	
TOTAL				R\$ 540.000,00	

Definiu-se esse modelo a fim de propiciar a possibilidade dos licitantes poderem disputar ambos os grupos ou qualquer um deles, de forma isolada. Objetivando maior número de interessados e consequente maior competitividade, vislumbrando a seleção de proposta mais vantajosa à Administração.

Sobre a exigência da garantia contratual a administração não vislumbra riscos que comprovem tal exigência, analisando a natureza dos serviços.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação para o serviço, encontra-se registrada no Plano de Contratações Anual(PGC/PCA UNILA 2024), através do Documento de Formalização da Demanda 121/2024

Também, no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, mais precisamente nos Objetivos Específicos:

Governança e controles internos:

Objetivo institucional: Adequar a estrutura de governança visando a eficiência e instituindo ferramentas de controle, monitoramento e avaliação permanentes.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se com a contratação os seguintes benefícios:

- a) Ampla rede de credenciados (mecânicas, oficinas, concessionárias, postos de combustíveis) em todo território nacional;
- b) Obtenção de informações de toda a frota em tempo real para a tomada de decisões e relatórios gerenciais;
- c) Transparência, gestão e negociação com a rede credenciada pela CONTRATANTE, com informações disponibilizadas em tempo real no site;
- d) Continuidade no modelo de gestão das transações de abastecimento e manutenção da frota;
- e) Redução nos gastos com combustíveis e manutenção, por meio de operações padronizadas e corporativas;
- f) Modernização dos controles, precisão das informações e redução do tempo de compilação e análise dos dados;
- g) Flexibilidade do sistema de abastecimento e manutenção, pois facilitará o acesso a uma rede de serviços dispersas na cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná e outras regiões nacionais;
- h) Redução de procedimentos administrativos para a Divisão de Transportes, aumentando transparência e a precisão das informações; e
- i) Disponibilidade de um sistema de dados confiável, que facilita o controle e a fiscalização interna e externa.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada e o serviço prestado, haja vista que o contrato vigente possui tecnologia similar.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbra impactos ambientais relevantes, uma vez que o certame visa contratação de sistema informatizado de gerenciamento de aquisição de combustíveis e manutenções.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no item 6, ou seja, da contratação do serviço de gerenciamento da frota, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

KATIA REGINA MALLMANN DEMETERKO

Agente de contratação

MARCIO APARECIDO YOKOMIZO

Agente de contratação

DIEGO SANTOS DE SOUZA

Agente de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Manutenção 2023.pdf (57.31 KB)
- Anexo II - Manutenção 2024.pdf (19.32 KB)
- Anexo III - Combustíveis 2023.pdf (62.25 KB)
- Anexo IV - Combustíveis 2024.pdf (62.1 KB)



Transportes

RELATÓRIO DE GA

Ano: 2023

#	Placa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
1	ALM-4128	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	ALM-4139	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	ALM-4151	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	ARZ-2740	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	ASI-3432	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	ASZ-3085	0,00	0,00	0,00	0,00	3.318,98
7	ATT-7294	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	ATT-7295	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	ATT-7296	0,00	0,00	0,00	3.610,00	0,00
10	ATT-7297	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	ATT-7298	0,00	0,00	1.758,00	0,00	0,00
12	ATT-7301	0,00	0,00	1.821,00	0,00	2.844,51
13	AUA-3580	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	AUZ-7197	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	AYB-2731	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	AYH-9924	0,00	0,00	1.943,00	0,00	1.741,24
17	AYY-4951	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00
18	AYY-4952	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	AZF-0247	0,00	0,00	875,00	0,00	0,00
20	AZH-4069	0,00	0,00	145,00	0,00	1.635,00
21	AZH-4070	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	AZH-4072	0,00	0,00	855,00	0,00	2.377,75
23	AZH-4073	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	AZH-4075	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	AZJ-7574	0,00	0,00	280,00	175,00	475,00
26	AZJ-7578	0,00	0,00	0,00	0,00	5.195,00
27	AZN-8214	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	AZN-8215	0,00	4.307,00	0,00	0,00	0,00
29	AZR-8082	0,00	0,00	0,00	0,00	16.596,36
30	AZS-8545	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	4.307,00	7.677,00	3.785,00	34.223,84

Data de Emissão: 08/01/2025 15:18:52

Período: de 01/01/2023 até 31/12/2023

KATIA REGINA MALLMANN DEMETERKO(KATIA) 200.134.36.20

Global

Peças	Mão de Obra	Total
102772,08	71631,41	174403,49

Mensal

Mês	Peças	Mão de Obra	Total
JUNHO	45906,96	26454,25	72361,21
JULHO	16269,34	10322,50	26591,84
AGOSTO	25492,52	14236,50	39729,02
SETEMBRO	1257,48	4420,25	5677,73
OUTUBRO	8688,00	8619,97	17307,97
NOVEMBRO	4492,78	5359,27	9852,05
DEZEMBRO	665,00	2218,67	2883,67

Global por Unidade

Unidade	Peças	Mão de Obra	Total
UNILA PR	102772,08	71631,41	174403,49

Data de Emissão: 08/01/2025 15:15:23

Período: de 01/01/2024 até 31/12/2024

KATIA REGINA MALLMANN DEMETERKO(KATIA) 200.134.36.20

Global

Peças	Mão de Obra	Total
211460,63	134853,36	346313,99

Mensal

Mês	Peças	Mão de Obra	Total
JANEIRO	7049,00	3434,67	10483,67
MARÇO	15728,95	10914,13	26643,08
ABRIL	7972,00	11802,50	19774,50
MAIO	24490,00	20590,00	45080,00
JUNHO	27762,02	19306,41	47068,43
JULHO	4280,00	10850,00	15130,00
AGOSTO	23755,38	19546,46	43301,84
SETEMBRO	28106,60	12088,87	40195,47
OUTUBRO	26585,79	8685,71	35271,50
NOVEMBRO	5678,09	5431,01	11109,10
DEZEMBRO	40052,80	12203,60	52256,40

Global por Unidade

Unidade	Peças	Mão de Obra	Total
UNILA PR	211460,63	134853,36	346313,99

Transportes

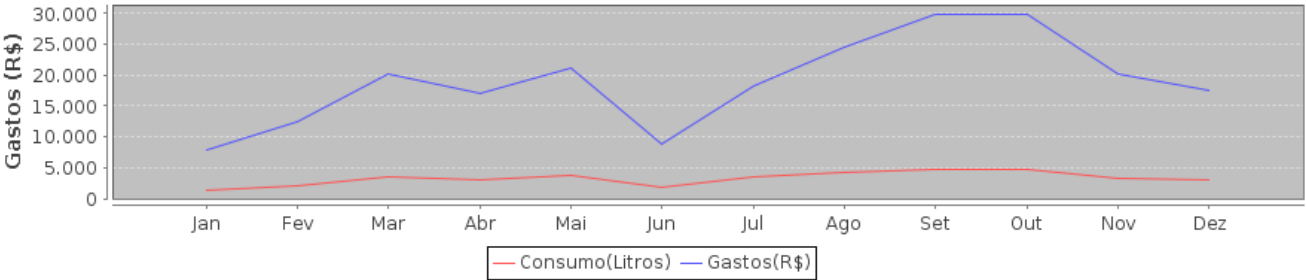
RELATÓRIO DE CONSUMO ANUAL DE COMBUSTÍVEL


Ano: 2023

#	Placa	Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Jul		Ago		Set		Out		Nov		Dez		Total	
		Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$		
1	ALM-4128	49,7	241,00	0,0	0,00	50,0	264,39	42,3	232,23	41,4	222,93	50,2	265,51	0,0	0,00	49,0	259,21	48,1	273,97	0,0	0,00	46,8	266,12	40,5	226,34	418,0	2.251,70
2	ASI-3432	24,5	122,06	0,0	0,00	40,7	223,28	0,0	0,00	0,0	0,00	33,9	179,12	34,6	193,36	0,0	0,00	0,0	0,00	52,9	300,72	0,0	0,00	28,1	157,02	214,7	1.175,55
3	ASZ-3085	0,0	0,00	0,0	0,00	525,8	3.148,95	735,9	4.360,86	152,0	788,83	0,0	0,00	111,0	565,19	313,9	1.779,97	566,5	3.711,77	618,3	3.984,49	463,1	2.937,84	587,4	3.622,00	4.073,9	24.899,92
4	ATT-7294	60,5	303,40	40,5	209,94	93,6	518,23	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	39,6	213,55	63,7	354,16	59,7	339,64	43,0	244,39	41,0	233,01	13,4	75,13	455,0	2.491,43
5	ATT-7295	101,2	677,10	0,0	0,00	62,7	381,72	52,7	289,38	41,7	224,82	85,1	432,96	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	343,4	2.005,97
6	ATT-7296	134,3	898,47	66,4	424,10	0,0	0,00	71,1	425,71	56,3	303,62	385,2	2.027,17	254,3	1.391,96	64,7	338,87	0,0	0,00	65,3	417,20	0,0	0,00	0,0	0,00	1.097,6	6.227,10
7	ATT-7297	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	73,5	388,71	22,1	123,60	78,0	432,07	279,6	1.628,96	289,5	1.669,70	97,8	548,95	107,2	618,81	947,7	5.410,80
8	ATT-7298	0,0	0,00	0,0	0,00	42,7	234,42	75,5	414,77	113,2	599,12	38,8	205,04	46,7	261,05	44,0	250,08	49,0	278,87	44,3	252,01	45,5	259,01	26,8	149,76	526,5	2.904,12
9	ATT-7301	0,0	0,00	703,9	4.559,32	793,0	4.905,29	0,0	0,00	908,4	4.939,20	293,5	1.515,38	507,0	2.580,63	1.016,4	5.947,84	914,9	5.994,36	845,8	5.472,36	121,7	789,57	0,0	0,00	6.104,6	36.703,96
10	ATW-0265	63,0	421,14	0,0	0,00	57,4	349,81	0,0	0,00	81,6	439,93	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	202,0	1.210,88
11	AUA-0354	0,0	0,00	0,0	0,00	36,3	199,12	39,1	214,60	61,0	325,75	0,0	0,00	40,1	224,38	35,1	185,57	0,0	0,00	40,8	231,98	0,0	0,00	0,0	0,00	252,4	1.381,41
12	AUA-3580	33,5	167,32	89,4	464,19	22,4	118,76	0,0	0,00	0,0	0,00	41,3	218,69	19,2	107,50	34,9	187,84	0,0	0,00	70,8	398,58	35,2	200,34	0,0	0,00	345,9	1.863,23
13	AUZ-7197	0,0	0,00	108,4	692,74	135,8	827,20	387,1	2.270,66	485,9	2.781,01	100,4	510,88	184,4	938,60	203,3	1.209,85	375,6	2.465,64	214,3	1.391,41	87,0	564,31	0,0	0,00	2.282,2	13.652,30
14	AYB-2731	109,6	733,16	67,1	448,77	266,1	1.614,29	256,9	1.511,69	279,7	1.554,12	48,5	246,97	122,6	624,14	91,1	586,72	456,1	2.991,35	344,6	2.225,14	299,7	1.902,71	323,7	1.984,71	2.665,7	16.423,36
15	AYH-9924	0,0	0,00	0,0	0,00	155,4	946,69	309,8	1.855,70	350,5	1.845,55	0,0	0,00	521,0	2.651,89	434,7	2.271,55	519,6	3.406,79	75,9	500,31	402,4	2.554,57	201,4	1.246,79	2.970,7	17.279,85
16	AYY-4951	45,0	224,80	36,5	189,44	37,3	204,94	33,2	182,32	41,1	213,52	21,5	113,58	0,0	0,00	50,6	262,77	0,0	0,00	40,3	229,08	37,9	215,42	66,3	365,13	409,7	2.201,00
17	AYY-4952	0,0	0,00	44,1	229,09	0,0	0,00	0,0	0,00	47,4	260,01	0,0	0,00	0,0	0,00	33,9	179,22	45,0	255,77	0,0	0,00	0,0	0,00	32,8	183,07	203,2	1.107,16
18	AZF-0247	56,0	279,19	50,8	263,86	53,1	284,25	0,0	0,00	0,0	0,00	49,5	256,96	52,3	281,74	144,4	793,03	107,2	609,68	375,5	2.136,77	151,1	852,62	166,4	930,46	1.206,3	6.688,56
19	AZH-4069	68,0	339,57	79,0	410,27	245,3	1.346,84	80,3	441,01	106,6	574,82	41,3	218,42	142,0	766,08	48,4	275,64	91,0	517,79	137,1	780,27	114,9	649,73	114,5	640,11	1.268,4	6.960,56
20	AZH-4070	47,0	248,84	0,0	0,00	34,0	186,55	97,3	534,40	40,3	221,14	36,0	190,65	33,8	182,24	79,2	450,70	73,7	419,24	121,4	690,82	142,3	804,79	46,3	258,76	751,3	4.188,13
21	AZH-4072	0,0	0,00	0,0	0,00	42,4	232,67	0,0	0,00	23,9	128,77	42,8	228,66	0,0	0,00	51,0	270,05	0,0	0,00	80,0	455,20	0,0	0,00	48,8	273,02	288,9	1.588,36
22	AZH-4073	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	56,1	296,93	240,3	1.289,92	430,4	2.369,94	269,9	1.535,97	125,3	713,07	0,0	0,00	0,0	0,00	1.122,0	6.205,83
23	AZH-4075	150,6	754,95	266,8	1.384,69	484,7	2.662,12	207,5	1.130,70	158,5	858,78	49,2	260,48	49,6	277,38	39,5	209,01	136,1	774,35	0,0	0,00	0,0	0,00	33,2	185,42	1.575,7	8.497,89
24	AZJ-7574	123,5	826,01	144,3	922,20	138,6	818,02	168,6	992,10	124,1	709,96	56,7	294,32	53,9	274,35	89,0	502,40	219,8	1.442,45	74,7	477,01	70,8	459,17	115,7	706,04	1.379,7	8.424,05
25	AZJ-7578	73,3	490,64	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	115,3	607,99	77,5	394,22	0,0	0,00	73,2	372,33	70,3	455,99	155,9	1.019,39	70,0	433,12	41,2	246,83	676,7	4.020,52
26	AZN-8214	0,0	0,00	126,1	825,06	119,7	728,85	160,6	929,07	351,2	1.950,20	106,5	546,77	167,6	853,03	133,5	697,39	122,2	800,98	108,8	698,73	240,1	1.534,46	165,5	1.007,21	1.801,8	10.569,75
27	AZN-8215	0,0	0,00	68,9	440,02	0,0	0,00	45,3	271,59	174,5	961,17	28,1	146,05	0,0	0,00	30,1	192,34	124,4	813,63	211,7	1.370,62	267,5	1.721,22	179,8	1.093,31	1.130,3	7.009,94
28	AZR-8082	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	106,9	640,15	0,0	0,00	722,2	3.676,10	699,5	4.230,65	184,4	1.196,95	488,6	3.150,83	509,8	3.197,85	421,0	2.596,32	3.132,4	18.688,86
29	AZS-8545	168,3	1.126,20	150,2	959,97	0,0	0,00	181,9	1.089,46	0,0	0,00	0,0	0,00	165,9	844,48	0,0	0,00	0,0	0,00	171,5	1.129,99	0,0	0,00	152,9	915,69	990,7	6.065,79

TOTAIS		
Mês	Litros	Valor
Jan	1.308,0 l	R\$ 7.853,83
Fev	2.042,4 l	R\$ 12.423,65
Mar	3.437,0 l	R\$ 20.194,40
Abr	2.945,1 l	R\$ 17.146,26
Mai	3.861,5 l	R\$ 21.151,37
Jun	1.715,6 l	R\$ 8.937,46
Jul	3.530,2 l	R\$ 18.321,15
Ago	4.331,5 l	R\$ 24.609,23
Set	4.713,1 l	R\$ 29.914,16
Out	4.795,5 l	R\$ 29.940,08
Nov	3.244,6 l	R\$ 20.124,83
Dez	2.912,9 l	R\$ 17.481,92
Total	38.837,4 l	R\$ 228.098,35

Consumo de Combustível - 2023





UNILA

Transportes

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

EMITIDO EM 08/01/2025 15:19

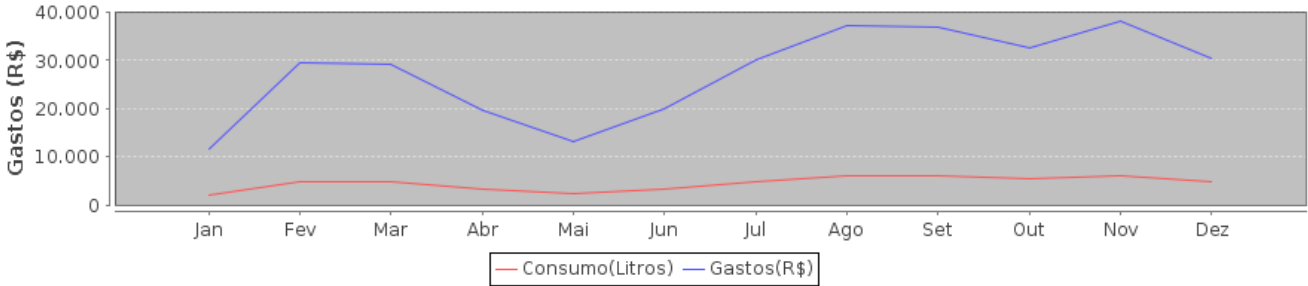
RELATÓRIO DE CONSUMO ANUAL DE COMBUSTÍVEL

Ano: 2024

#	Placa	Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Jul		Ago		Set		Out		Nov		Dez		Total	
		Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$	Litros	R\$		
1	ALM-4128	46,4	259,32	0,0	0,00	49,0	278,98	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	43,0	257,51	89,8	537,72	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	228,2	1.333,53
2	ASI-3432	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	48,3	274,60	0,0	0,00	0,0	0,00	43,9	263,08	0,0	0,00	51,9	310,94	0,0	0,00	24,6	149,81	49,1	299,32	217,8	1.297,76
3	ASZ-3085	110,5	684,00	969,5	5.976,80	1.041,7	6.250,39	994,7	6.057,54	461,1	2.808,04	0,0	0,00	288,7	1.797,41	103,2	648,81	0,0	0,00	109,3	676,38	0,0	0,00	0,0	0,00	4.078,7	24.899,38
4	ATT-7294	0,0	0,00	37,5	213,60	0,0	0,00	43,9	249,90	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	46,1	276,08	0,0	0,00	47,4	283,93	42,2	256,94	37,2	226,55	254,3	1.507,00
5	ATT-7296	53,6	332,09	0,0	0,00	95,5	574,28	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	71,6	450,55	0,0	0,00	0,0	0,00	69,4	429,65	45,0	292,37	335,1	2.078,95
6	ATT-7297	93,7	523,50	0,0	0,00	178,0	1.012,93	98,6	577,19	0,0	0,00	0,0	0,00	83,0	497,05	37,2	223,01	0,0	0,00	42,8	256,19	36,3	221,13	40,0	243,66	609,6	3.554,67
7	ATT-7298	0,0	0,00	46,7	265,61	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	48,0	273,40	46,6	278,95	0,0	0,00	45,8	274,34	0,0	0,00	0,0	0,00	44,2	282,37	231,3	1.374,68
8	AUA-0354	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	42,3	253,32	0,0	0,00	0,0	0,00	15,4	94,03	57,7	347,35
9	AUA-3580	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	35,0	209,59	33,7	202,04	19,4	116,03	0,0	0,00	0,0	0,00	88,1	527,66
10	AUZ-7197	0,0	0,00	0,0	0,00	350,6	2.110,20	362,7	2.208,60	115,5	703,40	101,5	618,32	764,0	4.796,42	732,5	4.607,42	552,7	3.421,46	505,7	3.130,53	0,0	0,00	182,5	1.169,24	3.667,7	22.765,59
11	AWK-7H61	55,5	343,54	55,8	334,24	133,4	799,30	86,5	526,85	0,0	0,00	124,7	759,61	145,9	909,66	34,8	128,96	123,4	763,91	61,7	381,98	53,6	342,44	126,6	809,04	1.001,9	6.189,53
12	AWY-3186	83,2	514,95	236,9	1.452,69	262,5	1.572,61	135,0	821,97	0,0	0,00	146,0	889,20	183,2	1.147,47	62,5	393,44	170,5	1.055,21	55,8	345,46	154,3	965,94	100,6	645,60	1.590,5	9.804,54
13	AYB-2731	438,6	2.714,81	69,3	429,03	139,3	834,35	67,9	413,69	65,3	397,49	68,6	417,65	45,4	285,25	46,0	289,28	61,3	379,20	151,2	935,93	46,8	294,18	49,6	321,97	1.249,3	7.712,83
14	AYH-9924	0,0	0,00	922,0	5.648,00	1.516,6	9.084,32	0,0	0,00	0,0	0,00	1.164,2	7.089,92	630,1	3.912,28	1.319,6	8.282,24	670,2	4.148,29	123,8	766,45	1.171,4	7.366,44	914,1	5.849,62	8.432,0	52.147,55
15	AYY-4951	0,0	0,00	39,3	223,50	0,0	0,00	36,8	209,39	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	44,1	264,46	0,0	0,00	0,0	0,00	48,9	297,62	20,7	126,00	189,8	1.120,97
16	AYY-4952	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	43,1	245,47	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	61,1	365,75	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	35,6	216,56	139,8	827,78
17	AZF-0247	37,6	210,18	169,8	966,16	133,4	759,33	70,2	399,72	45,1	256,39	56,0	318,36	51,8	300,04	54,0	323,52	130,6	782,18	158,6	950,25	229,9	1.422,60	93,5	569,60	1.230,5	7.258,33
18	AZH-4069	79,5	444,63	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	79,6	476,98	46,7	279,61	38,4	229,96	30,9	188,00	18,1	110,29	293,2	1.729,47
19	AZH-4070	0,0	0,00	129,2	735,15	126,7	720,87	89,7	510,51	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	59,8	357,90	0,0	0,00	25,3	151,61	43,1	262,30	20,7	126,00	494,5	2.864,33
20	AZH-4072	127,6	713,45	157,5	896,17	49,0	279,04	159,7	908,69	0,0	0,00	0,0	0,00	45,3	267,45	0,0	0,00	48,0	287,52	45,4	272,01	82,6	498,18	88,1	536,53	803,2	4.659,04
21	AZH-4073	0,0	0,00	0,0	0,00	47,8	272,04	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	91,8	550,00	0,0	0,00	28,2	169,04	159,6	956,24	108,9	663,38	40,0	243,36	476,3	2.854,06
22	AZH-4075	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	57,8	328,94	0,0	0,00	0,0	0,00	31,2	180,47	46,5	278,36	0,0	0,00	96,8	579,77	86,0	523,80	0,0	0,00	318,3	1.891,34
23	AZI-7574	104,2	644,94	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	104,2	644,94
24	AZI-7578	0,0	0,00	80,0	495,20	79,2	474,71	72,7	442,99	80,2	488,24	81,3	495,00	79,5	499,99	78,0	490,49	80,2	496,19	149,4	924,85	73,4	461,50	83,7	535,10	937,6	5.804,25
25	AZN-8214	50,4	308,85	254,8	1.565,04	214,4	1.288,40	83,1	505,90	75,3	458,88	0,0	0,00	61,9	389,04	122,3	769,46	0,0	0,00	53,8	332,84	0,0	0,00	100,8	647,29	1.016,8	6.265,68
26	AZN-8215	25,7	158,96	49,0	293,45	0,0	0,00	0,0	0,00	58,3	355,23	45,6	277,76	0,0	0,00	167,1	1.050,87	151,1	935,25	0,0	0,00	89,1	560,44	24,5	158,74	610,4	3.790,70
27	AZR-8082	595,2	3.684,54	1.449,5	8.906,02	471,9	2.826,74	797,0	4.853,97	1.027,6	6.257,96	397,2	2.419,07	415,6	2.614,00	643,0	4.028,34	840,9	5.205,23	0,0	0,00	1.048,6	6.594,72	175,1	1.136,14	7.861,6	48.526,73
28	AZS-8545	0,0	0,00	187,2	1.159,08	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	195,6	1.230,32	0,0	0,00	174,2	1.078,17	0,0	0,00	148,9	921,63	65,8	427,04	771,7	4.816,25
29	SFL-9C88	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	435,8	2.654,26	478,6	2.984,14	158,8	989,85	411,3	2.543,31	552,2	3.418,24	290,9	1.823,92	174,1	1.115,86	2.501,7	15.529,58
30	SFL-9D18	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	195,0	1.187,43	135,9	847,68	307,6	1.924,45	744,3	4.602,67	486,4	3.010,94	225,5	1.413,65	147,9	949,76	2.242,6	13.936,57
31	SFM-6160	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	192,3	1.262,31	42,6	263,63	231,6	1.418,26	381,9	2.425,16	77,1	497,68	925,5	5.867,04
32	SFM-9164	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	56,0	346,64	0,0	0,00	62,2	384,96	0,0	0,00	0,0	0,00	118,2	731,60
33	SFM-6E50	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	17,8	112,09	242,8	1.524,97	99,6	616,34	264,6	1.616,64	165,8	1.036,74	109,0	702,40	899,6	5.609,18
34	SFO-3A57	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	290,7	1.828,25	451,1	2.828,29	995,7	6.163,63	1.030,0	6.375,82	781,1	4.903,92	806,5	5.171,57	4.355,1	27.271,49
35	SGD-6G61	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	128,5	787,79	247,7	1.508,31	158,6	991,79	191,0	1.201,39	0,0	0,00	0,0	0,00	195,6	1.230,01	87,1	556,38	1.008,5	6.275,67
36	SGE-1D06	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	109,4	666,12	145,3	877,25	502,6	3.187,42	411,2	2.586,64	303,1	1.885,88	426,7	2.636,85	323,8	2.032,08	272,5	1.747,00	2.494,6	15.619,24
37	TAK-9G07	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	139,1	860,97	406,3	2.515,18	155,1	975,77	742,0	4.747,78	1.540,5	9.099,70

TOTAIS		
Mês	Litros	Valor
Jan	1.901,7 l	R\$ 11.537,76
Fev	4.854,0 l	R\$ 29.559,75
Mar	4.889,0 l	R\$ 29.138,48
Abr	3.247,7 l	R\$ 19.535,92
Mai	2.166,3 l	R\$ 13.179,54
Jun	3.256,9 l	R\$ 19.785,54
Jul	4.830,7 l	R\$ 30.127,78
Ago	5.944,6 l	R\$ 37.207,77
Set	5.987,4 l	R\$ 36.978,33
Out	5.304,4 l	R\$ 32.667,30
Nov	6.108,6 l	R\$ 38.261,93
Dez	4.787,1 l	R\$ 30.554,87
Total	53.278,4 l	R\$ 328.534,95

Consumo de Combustível - 2024





Emitido em 08/01/2025

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 1/2025 - DELOG (10.01.05.20.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 08/01/2025 17:37)

DIOGO ANDRE BASTIAN

PRO-REITOR(A)

PROAGI (10.01.05.20)

Matrícula: ###164#7

(Assinado digitalmente em 08/01/2025 17:34)

KATIA REGINA MALLMANN DEMETERKO

CHEFE DE DEPARTAMENTO - SUBSTITUTO

DELOG (10.01.05.20.04)

Matrícula: ###461#8

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2025**, tipo: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**, data de emissão: **08/01/2025** e o código de verificação: **6056e958e8**



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90022/2024
MODELO – PROPOSTA DE PREÇO

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)			
X	Descrição	Quantidade	Valor mensal	Valor total e desconto
		12 meses		
Valor Total				

Declaramos que garantimos o fornecimento dos bens e serviços sempre que solicitados e no prazo exigido no Termo de Referência, contados a partir do envio/recebimento da “Solicitação de Fornecimento” e/ou Nota de Empenho.

Declaramos que todas as parcelas solicitadas dos bens e serviços atenderão às exigências e especificações do Edital de Pregão Eletrônico **Nº 90022/2024**, assim como a toda legislação inerente ao fornecimento do(s) mesmo(s).

Declaramos que nos preços consignados em nossa proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

Declaramos que o prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da presente data.

Declaramos que garantimos a qualidade dos serviços e as quantidades dos bens solicitados, assim com as exigências emanadas dos órgãos competentes no que se refere ao carregamento, transporte e descarregamento dos mesmos.

Indicamos e nomeamos o(a) Sr(a). _____, CPF nº _____, RG nº _____, como nosso(a) representante legal, com competência e autorização para decidir e resolver toda e qualquer solicitação, reclamação e/ou pendências inerentes e durante a execução do objeto contratado, podendo ser contatado pelo(s) telefone(s) (xx) _____.

Informamos, abaixo, nossos dados para futuros compromissos, caso nossa empresa seja a vencedora deste certame licitatório.

Razão Social: _____
CNPJ nº _____
Endereço: _____
Telefone/Fax: _____



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

Correio eletrônico:
Banco:
Agência:
Conta Corrente:
Correio eletrônico:.....

....., de de 2024.

(assinatura)

(nome e cargo do signatário)
CPF:
RG:
CNPJ:
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

**Observação: A proposta de preço deverá ser assinada em papel timbrado com
carimbo da empresa ou por meio de assinatura digital.**



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Processo Administrativo nº 23422.00XXX/2024-XX

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-
AMERICANA – UNILA E A EMPRESA**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)**, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 3.147, Itaipu B, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 11.806.275/0001-33, neste ato representada por sua Reitora, Sra. **Diana Araujo Pereira**, nomeada pelo Decreto publicado no *DOU* nº 111, de 14 de junho de 2023, seção 02, pg. 1, portadora da Matrícula Funcional nº ****193****, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada *nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 23422.018695/2024-04 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gestão de frota, de forma continuada, contemplando módulo de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis e rotinas de manutenção preventiva e corretiva para a frota de veículos oficiais da UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, por meio de cartões magnéticos para abastecimento e rede de estabelecimentos credenciados pela Contratada para manutenção, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

GRUPO 01						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QTDE (meses)	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	TAXA/ DESCONTO %
1	Combustíveis (gasolina, etanol, diesel)	25372	12	R\$ 45.646,67	R\$ 547.760,00	
TOTAL					R\$ 547.760,00	
GRUPO 02						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	QTDE (meses)	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	TAXA/ DESCONTO %
2	Peças e acessórios de reposição para veículos	3565	12	R\$ 25.000,00	R\$ 300.000,00	
3	serviços de manutenção e reparo de veículos	3565	12	R\$ 20.000,00	R\$ 240.000,00	
TOTAL					R\$ 540.000,00	
VALOR TOTAL CONTRATADO					R\$ 1.087.760,00	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 90.646,67 (noventa mil e seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos), perfazendo o valor total de R\$ 1.087.760,00 (um milhão e oitenta e sete mil e setecentos e sessenta reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços são fixos e irredutíveis durante toda a execução dos serviços.

7.2. A contratada deverá manter, durante toda a vigência do presente contrato, o desconto a ser aplicado no faturamento mensal conforme a Proposta, ou seja, X% (....).

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Moratória de 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Foz do Iguaçu, Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Foz do Iguaçu/PR, datado e assinado com Certificado Digital.

Representante da contratante

Representante da contratada

Testemunha

Testemunha



Emitido em 2025

MINUTA DE CONTRATO Nº 5/2025 - DECON (10.01.05.20.02.02)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 21/01/2025 10:48)

CLEIDE MIGLIOLI

ADMINISTRADOR(A)

DECON (10.01.05.20.02.02)

Matrícula: ###102#8

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **5**, ano: **2025**, tipo: **MINUTA DE CONTRATO**, data de emissão: **21/01/2025** e o código de verificação: **20eaf5fb6a**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1 / 2024 - PROAGI (10.01.05.20)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Foz Do Iguaçu-PR, 06 de novembro de 2024.

Dispõe sobre as condutas e a dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de Licitar e contratar com a União, decorrentes da prática de infrações cometidas na fase licitatória e definidas no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM EXERCÍCIO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, nomeado pela Portaria nº 603/2024/GR de 17 de junho de 2024, tendo em vista a delegação de competências e o estabelecimento de atribuições pela Portaria nº 283/2020/GR, alterada pela Portaria 502/2022/GR e, considerando o previsto na Lei nº 9.784/1999 e na Lei nº 14.133/2021, RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o regramento para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação da penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a União, decorrente da prática de condutas previstas no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cometidas na fase licitatória, no âmbito dos procedimentos licitatórios realizados pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.

Art. 2º No curso das licitações realizadas no âmbito da UNILA, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidades e a aplicação de sanções, quando restar comprovada a ocorrência da prática injustificada das condutas tipificadas no Art. 155 da lei 14.133/2021 e abaixo transcritas:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame (Art.155, inciso IV): consideram-se comportamentos que serão enquadrados neste inciso, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- a) deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- b) entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- c) fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- d) deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação ou pregoeiro, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

II - não manter a proposta (Art.155, inciso V): salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado - Constituem comportamentos que serão enquadrados neste inciso, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

- a) deixar de atender a convocações do agente de contratação ou pregoeiro durante o trâmite do certame, como encaminhar proposta atualizada; deixar de prestar informações adicionais quanto ao objeto licitado, ou atendê-las de forma insatisfatória;
- b) deixar de encaminhar as amostras solicitadas pelo agente de contratação ou pregoeiro ou às encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório ;

- c) abandonar o certame;
- d) solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (Art.155, inciso VI);

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação (Art.155, inciso VIII) ;

V - fraudar a licitação (Art.155, inciso IX): considera-se a conduta deste inciso como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da UNILA, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste Artigo.

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (Art.155, inciso X): considera-se a conduta deste inciso como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação.

VII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (Art.155, inciso XI)

VIII - praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 (Art.155, inciso XII).

Art. 3º Para fins de apuração da sanção de Impedimento prevista no inciso III do Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, cuja competência pela aplicação é do Reitor da UNILA ou a quem ele delegar competência, sua eventual aplicação deverá estar de acordo com as disposições deste Instrumento Normativo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na Lei, quando a licitante:

I - Art. 155, inciso IV: deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 01 (um) mês.

II - Art. 155, inciso V: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses.

III - Art. 155, inciso VI: não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses.

Parágrafo único. Em relação às condutas previstas nos demais incisos do caput do Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 (incisos I a III, e VII a XII), a avaliação e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena prevista no contrato/instrumento convocatório caberá aos fiscais e gestores do contrato/instrumento equivalente, e submetidos a análise da autoridade competente, aplicando-se, no que couber, o disposto neste Instrumento Normativo.

Art. 4º As penalidades previstas no Art. 3º, serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) na sua pena-base, para cada agravante, até o limite de 36 (trinta e seis) meses, em decorrência das seguintes situações:

I - quando restar comprovado que o licitante tenha sofrido registro de 3 (três) ou mais penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do fato que ensejou a abertura do processo sancionatório;

II - quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;

III - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

IV - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

V - quando a conduta acarretar prejuízo material grave à UNILA.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório, se aplicáveis ao caso, também serão majoradas na forma prevista neste Artigo, em especial quando da ocorrência do contido no inciso V.

Art. 5º Quando a conduta da empresa não tenha incidido em qualquer agravante do Art. 4º, as penas previstas no Art. 3º serão reduzidas pela metade, apenas uma vez, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

I - quando restar comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 12 (doze) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pela UNILA.

II - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável, ou de menor repercussão, do licitante;

III - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo;

§1º No caso em que o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou contratações ocorridos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade, a sanção será reduzida para ¼ (um quarto).

§ 2º - As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório e/ou contratual, se aplicáveis ao caso, também serão minoradas na forma prevista neste Artigo.

Art. 6º Na aplicação das sanções, compete ao Reitor da UNILA, ou a quem ele delegar tal função, a avaliação e aplicação dos critérios de dosimetria das sanções previstas neste Instrumento Normativo.

Art. 7º No caso do certame conter diversos itens, as penalidades tipificadas nesta Instrução Normativa serão apuradas por item ou grupo, e serão agrupadas e somadas para fins de aplicação da sanção.

Parágrafo único: Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

Art. 8º Para a aplicação de qualquer penalidade contratual é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

Art. 9º É dever de todo servidor da UNILA, em especial dos agentes de contratação, fiscais e gestores de contrato, comunicar ao Departamento de Contratos - DECON, acerca da ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar aos tipos infracionais previstos no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Além da comunicação de que trata o caput deste Artigo, também é seu dever prestar auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao eventual cálculo de multas pecuniárias.

§ 2º Diante da avaliação das circunstâncias do caso concreto, o servidor, agente de contratação ou pregoeiro, fiscal e gestor de contrato poderá justificar o afastamento do dever de comunicação de que trata o caput deste Artigo, quando entender que na prática de alguma conduta prevista no Art. 2º desta normativa estejam presentes as circunstâncias previstas no Art. 5º, sem prejuízo de eventual reavaliação da pertinência da instauração do processo sancionatório por parte da autoridade competente.

§3º O DECON deverá manter em sua página institucional formulário adequado e atualizado para solicitar abertura de procedimento para conduta passível de aplicação de penalidade, disponível em <https://portal.unila.edu.br/proagi/cccl/demandantes-e-area-tecnica/sancoes>.

Art. 10. A partir da comunicação de que trata o caput do Art. 9º desta instrução normativa, cumpre ao DECON realizar a instauração e instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:

I - a apreciação do pedido e condução do processo, visando a produção de provas e esclarecimentos adicionais junto aos demandantes da sanção e ao pretense sancionado;

II - a realização das notificações formais às licitantes e/ou contratadas;

III - o controle dos prazos;

IV - o recebimento e análise das respostas, manifestação e alegações dos investigados;

V - a produção de relatório final conclusivo, ou minuta de decisão apta a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação/afastamento da sanção.

Parágrafo único. Caso a conduta que motivou a instauração do processo administrativo sancionatório possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por 2 (dois) servidores, devendo ser observadas as formalidades, os procedimentos e os prazos previstos no Art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 11. Após esauridos os recursos administrativos cabíveis, caberá ao DECON adotar as providências necessárias ao registro das sanções aplicadas nos cadastros informados no Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 12. Aplicam-se aos processos administrativos instaurados com base nesta Normativa, no que couber, as disposições da Lei nº 9.784, de 1999, devendo prevalecer os prazos e procedimentos específicos previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 13. Fica revogada a Instrução Normativa 02/2021/PROAGI, publicada no Boletim de Serviço 54/2021, de 02 de julho de 2021.

Parágrafo único. Permanecem regidos pela Instrução Normativa 02/2021/PROAGI, os processos administrativos sancionatórios instaurados a partir de condutas praticadas em certames e em contratações regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

(Assinado digitalmente em 06/11/2024 11:32)

DIOGO ANDRE BASTIAN

PRO-REITOR(A)

PROAGI (10.01.05.20)

Matrícula: 1916477

Processo Associado: 23422.002420/2020-17

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **1**, ano: **2024**, tipo: **INSTRUÇÃO NORMATIVA**, data de emissão:
06/11/2024 e o código de verificação: **c0a76b3961**



Emitido em 06/11/2024

**INSTRUÇÃO NORMATIVA 02/2021 PROAGI/UNILA Nº 1/2024 - CCCL (10.01.05.20.02) Serviço Público
Federal
(Nº do Documento: 1)**

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 13/11/2024 11:11)

GUSTAVO AUGUSTO GONCALVES

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CCCL (10.01.05.20.02)

Matrícula: ###395#4

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2024**, tipo:
INSTRUÇÃO NORMATIVA 02/2021 PROAGI/UNILA, data de emissão: **13/11/2024** e o código de verificação:
353bdc9bbf



Emitido em 14/11/2024

OUTROS DOCUMENTOS ANEXOS AO EDITAL Nº 7/2024 - DELIC (10.01.05.20.02.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 14/11/2024 08:33)

CRISTIAN FABIO TYMUS

CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR

DELIC (10.01.05.20.02.01)

Matrícula: ###411#6

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **7**, ano: **2024**, tipo:
OUTROS DOCUMENTOS ANEXOS AO EDITAL, data de emissão: **14/11/2024** e o código de verificação:
f63e30b7b6